



João Luiz Soares Clementino

Socializando o desenvolvimento ou o subimperialismo?

A cooperação Sul-Sul brasileira durante o governo Lula e o caso ProSavana

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020



João Luiz Soares Clementino

Socializando o desenvolvimento ou o subimperialismo?

A cooperação Sul-Sul brasileira durante o governo Lula e o caso ProSavana

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

João Luiz Soares Clementino

Socializando o desenvolvimento ou o subimperialismo?

A cooperação Sul-Sul brasileira durante o governo Lula e o caso ProSavana

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vila Maior

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

RESUMO

Diminuir as desigualdades entre os povos, promover a igualdade social e construir parcerias entre países em busca de promover o desenvolvimento, sobretudo no contexto do Sul Global, é um desafio ainda no século XXI. O ex-presidente do Brasil, senhor Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) dedicou parte de sua política externa à fomentação das práticas de cooperação Sul-Sul, especialmente com o continente africano. Durante os oito anos de governo, as relações com a África foram fortalecidas, se consolidando como um dos continentes que mais recebeu projetos de cooperação do Brasil. Pautado por uma política de horizontalidade e ausência de interesses, o então presidente creditava à parceria com a África um mecanismo para construção de um mundo mais justo. Por outro lado, apesar do posicionamento oficial ser baseado em uma diplomacia solidária, tal colocação pode gerar certo nível de desconfiança. Como objeto de estudo, será analisado o programa ProSavana, projeto de cooperação Sul-Sul criado entre Brasil e Moçambique, contando com o apoio do Japão, que visa melhorar as condições de vida da população local através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Sul-Sul. Lula. Diplomacia Solidária. ProSavana.

ABSTRACT

Reducing inequalities, promoting social equality and building partnerships between countries in pursuit of development, especially in the context of the Global South, is a challenge for the 21st century. Former Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) has devoted part of his foreign policy to fostering South-South cooperation practices, especially with the African continent. During his eight years of government, relations with Africa were strengthened, consolidating as one of the continents that received more cooperation projects from Brazil. Guided by a policy of horizontality and lack of interest, the then president credited the partnership with Africa as a mechanism for building a fairer world. On the other hand, although the official position was based on solidary diplomacy, such placement may generate a certain level of distrust. The study focuses on the ProSavana program, a South-South cooperation project involving Brazil and Mozambique, with the support of Japan, which aims at improving living conditions of the local population through sustainable and inclusive regional agricultural development.

KEYWORDS: South-South Cooperation. Lula. Solidarity Diplomacy. ProSavana.

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho aos que acreditam que a superação das desigualdades sociais no mundo não é um gesto de caridade, mas de justiça. A todos que creem que um mundo melhor é possível e que os seres humanos podem viver de forma equilibrada, harmoniosa e sustentável, em respeito ao planeta, à natureza e aos seres vivos. Dedico minha pesquisa aos que acreditam que nós podemos nos entender melhor, nos comunicar melhor, nos relacionar melhor e cooperar mais uns com os outros para construir um mundo mais justo e igualitário. Aos que acreditam que nossos padrões de consumo desenfreados são insustentáveis, acentuam as desigualdades e precisam ser repensados. Por fim, dedico este trabalho aos que creem fortemente na empatia como solução para todos os problemas do planeta e dos seres humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, especialmente aos meus pais, aos meus cinco irmãos e aos meus sobrinhos e sobrinhas. Tudo que sou é fruto do amor de vocês. Um agradecimento especial à minha companheira Aline.

Agradeço também às minhas queridas amigas Renata Ramos, Bruna Pereira e Gehysa Garcia. Obrigado imensamente por toda a parceria que construímos juntos durante estes anos. Agradeço o apoio nas dificuldades, nos dias e noites de estudos compartilhados, nas incertezas e nos momentos de agonia e desânimo. Agradeço também nossas viagens Brasil-Portugal, nossos jantares e momentos de alegria desfrutados com vinhos e queijos. Estivemos sempre juntos e juntas nesse desafiador sonho de nos tornarmos mestres e mestras, guardarei para sempre em meu coração.

Agradeço ao meu tão competente orientador, professor Paulo Vila Maior, cuja inteligência e seriedade contribuíram para levar essa pesquisa a um patamar mais elevado.

Agradeço por fim, aos que acreditaram em mim, aos amigos da vida, e a todos que não foram aqui mencionados, mas que de alguma forma se fizeram presentes e me ajudaram nessa jornada.

EPÍGRAFE

“As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco”.

(George Orwell, em seu livro “A Revolução dos Bichos”, 1945)

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABC – Agência Brasileira de Comunicação
- CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- COBRADI – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- CNS – Cooperação Norte-Sul
- CSS – Cooperação Sul-Sul
- CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
- DW – *Deutsche Welle* (sigla em alemão)
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – *Food and Agriculture Organization*
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- JBPP – Programa de Parceria entre Brasil e Japão
- JICA – Agência de Cooperação Internacional Japonesa
- MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique
- MINAG – Ministério da Agricultura de Moçambique
- MNA – Movimento dos Não-Alinhados
- MRE - Ministério das Relações Exteriores
- ONG – Organizações Não Governamentais
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PABA – Plano de Ação de Buenos Aires
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PEB – Política Externa Brasileira
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PPA – Plano Plurianual
- Prodecer – Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado

Socializando o desenvolvimento ou o subimperialismo?

ProSavana – Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique

ProSavana-PD – Projeto de Apoio ao Plano Diretor

ProSavana-PEM – Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária

ProSavana-PI – Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia

PT – Partido dos Trabalhadores

RENAMO – Movimento de Resistência Nacional de Moçambique

UNAC – União Nacional de Camponeses

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (sigla em inglês)

UNOSSC – Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (sigla em inglês)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
I A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO	17
1.1 A Cooperação para o Desenvolvimento e o Brasil	24
1.2 A Cooperação Sul-Sul	25
1.2.1 A Cooperação Sul-Sul e o Brasil	33
1.3 A Cooperação Triangular	34
1.3.1 A Cooperação Triangular e o Brasil	35
II A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA E O GOVERNO LULA	37
2.1 O Governo Lula	37
2.2 A Cooperação Sul-Sul: Estratégia da Política Externa de Lula	39
2.3 A Cooperação Sul-Sul Lulista e o Continente Africano	42
2.3.1 O caso especial das relações Brasil-Moçambique	46
III ESTUDO DE CASO – O PROSAVANA	51
3.1 Antecedentes	51
3.2 O Projeto ProSavana	53
3.3 Desafios, debates e controvérsias	56
3.3.1 Os mitos do ProSavana	60
3.3.2 A resistência popular moçambicana	64
3.4 Considerações finais	69
IV CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	22
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	23
Figura 3 – O Corredor de Nacala	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Os 10 Princípios da Conferência de Bandung	29
Tabela 2 – Principais Manifestações Moçambicanas Contra o ProSavana	65

INTRODUÇÃO

A cooperação Sul-Sul (CSS) é uma modalidade da cooperação internacional que foi desenvolvida originalmente como forma de manifestação política dos países do Sul global. Tal parceria não tem por objetivo substituir a cooperação Norte-Sul, mas servir como um mecanismo independente dos países desenvolvidos. Com passar dos anos a iniciativa se tornou uma importante ferramenta na cooperação internacional. As conquistas sociais e econômicas alcançadas em países do Sul servem como boas práticas para o compartilhamento de experiências bem-sucedidas no âmbito da CSS.

Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a política externa brasileira encarou esta modalidade de cooperação internacional, especialmente nas parcerias firmadas com o continente africano, como um mecanismo de solidariedade para fomentar o desenvolvimento nestes países. Pautada pelos princípios de horizontalidade, ausência de interesses e diplomacia solidária, a África foi o continente que mais recebeu cooperação brasileira durante estes anos, sendo desenvolvidos diversos projetos de cooperação Sul-Sul entre brasileiros e africanos. Um caso concreto dessa nova estratégia de política externa é o projeto ProSavana, (Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique), uma parceria entre o Brasil e Moçambique, com o apoio do Japão. O projeto visa melhorar as condições de vida da população local através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e será objeto de análise da presente dissertação.

A problemática deste trabalho consiste na compreensão das condicionalidades, expectativas e objetivos brasileiros ao desenvolver o projeto ProSavana. A hipótese da pesquisa é de nem sempre os projetos de cooperação Sul-Sul brasileiros durante o governo Lula com a África terem sido fiéis aos princípios mencionados. O objetivo geral da pesquisa é analisar o posicionamento oficial do governo no projeto ProSavana e confrontar com as diversas fontes envolvidas no projeto: as instituições cooperantes, a sociedade civil e a literatura acadêmica disponível sobre o tema. Os objetivos específicos são:

- i) entender, em linhas gerais, o contexto e as motivações para o envolvimento do Brasil na cooperação com a África durante o governo Lula, entre 2003-2010;
- ii) compreender o que possibilitou o Brasil desenvolver o projeto ProSavana;

iii) identificar os desafios enfrentados por Brasil, Moçambique e Japão no âmbito do ProSavana.

A metodologia de pesquisa baseou-se principalmente em pesquisa qualitativa. O estudo, de caráter exploratório, foi baseado na análise bibliográfica de relatórios, estudos, artigos, trabalhos acadêmicos e jornais.

O primeiro capítulo apresenta uma breve história da cooperação internacional, mapeando a sua evolução. Será explorado o seu surgimento após a Segunda Guerra Mundial, passando pelo desenvolvimento da ideia de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular. Em paralelo, será demonstrado como funciona a cooperação internacional no Brasil, especialmente no âmbito Sul-Sul.

O segundo capítulo contextualiza o governo e a política externa durante os anos Lula, especialmente no tema de cooperação internacional entre os países do Sul com o continente africano. O capítulo visa mostrar as mudanças na cooperação Sul-Sul brasileira com a eleição de Lula em 2003. Serão abordadas as estratégias de política externa, utilizando a cooperação Sul-Sul com a África como paradigma.

O terceiro e último capítulo abordará o Prosavana como estudo de caso. O projeto de cooperação foi desenvolvido em caráter triangular entre Brasil, Moçambique e com a participação do Japão. Será abordada a sua criação, implementação, principais características, os papéis dos governos e instituições envolvidas, seus interesses e os desafios gerais. Serão analisados, por fim, os impactos do programa na população moçambicana, suas impressões, reivindicações e consequências.

I A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

“Todos nós desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Queremos viver pela felicidade dos outros, não pela miséria dos mesmos. Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades”.

(Charles Chaplin, em seu filme “O Grande Ditador”, 1940)

De acordo com Milani, Suyama e Lopes (2010), existem diversas motivações para os países cooperarem entre si: formação de alianças, alinhamento ideológico, benefícios políticos, estratégia militar, busca de influência multilateral, promoção do desenvolvimento, abertura de mercados comerciais e por questões humanitárias. A cooperação internacional para o desenvolvimento difere das outras modalidades de cooperação por um motivo: em teoria, a motivação primordial entre os países envolvidos é a promoção do desenvolvimento¹.

Os principais registros modernos da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) têm como principal momento histórico o final da Segunda Guerra Mundial. Neste período começou o processo de descolonização da África e da Ásia e emergiu a problemática do subdesenvolvimento. Uma visão realista do período entende que existia um problema que deveria ser combatido: a iminência de uma nova guerra que poderia ser causada por outra depressão econômica.

Era preciso assegurar um equilíbrio social e econômico no sistema internacional. O Plano Marshall foi um marco para a cooperação internacional. Pode ser considerado o primeiro projeto específico de cooperação entre Estados, e tinha por objetivo a reconstrução da Europa Ocidental em cenário de pós-guerra, tendo sido patrocinado pelos Estados Unidos da América (EUA)². Foi destinado um valor total de 13 bilhões de dólares dos EUA e foi implementado entre 1947 e 1952, sendo considerado uma referência para o início da cooperação internacional moderna. O Plano contribuiu para a recuperação econômica, política e social da Europa, além de consolidar o início de uma nova era: a cooperação internacional para o desenvolvimento, crescimento econômico e industrialização (Afonso e Fernandes, 2005). Por outro lado, algumas visões notam que

¹ Todavia, não é interesse da atual pesquisa diferenciar e caracterizar de maneira profunda o conceito de desenvolvimento e as principais diferenças entre os diversos tipos de cooperação internacional, seus interesses, fins e objetivos.

² O Plano continha outros objetivos: fortalecer os países europeus contra uma ameaça comunista e expandir as marcas das empresas americanas durante o processo de reconstrução da Europa.

antes do Plano Marshall existiram programas de ajuda humanitária e apoio para o desenvolvimento das colônias europeias. Essas iniciativas isoladas, específicas e pontuais, inspiradas por motivações políticas e humanitárias, não tinham a forma e a prática de cooperação após 1945 (Souza e Milani, 2014).

A cooperação internacional neste período ficou marcada por uma relação de domínio e dependência, uma visão vertical, exógena, de decisões unilaterais e parciais, onde os próprios EUA assumiram a responsabilidade de levar o desenvolvimento aos países considerados atrasados (Ullrich e Carrion, 2012). Ainda no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA tiveram um papel fundamental na difusão de CID, especialmente de caráter bilateral, sustentada por uma política de combate à ameaça comunista. Este primeiro momento da CID institucionalizada ficou marcado pela ajuda alimentar, reconstrução de países afetados pela Segunda Guerra Mundial e algum apoio aos países em processo de descolonização. Neste sentido, houve a promoção de assistência técnica e ajuda orçamentária, sustentada por uma política ideológica de direitos humanos, descolonização e desenvolvimento. A visão institucionalizada da CID com normas, práticas, agendas, encontros e seminários, de fato se aperfeiçoou nesta conjuntura. A partir deste marco temporal é que os atores da comunidade internacional passaram a se organizar de uma maneira regular para debater e fomentar a CID. Existiram outros fatos históricos que apoiaram o desenvolvimento dessa cooperação: (i) a Guerra Fria e a tensão entre Leste-Oeste, onde a cooperação entre os países aliados foi promovida; (ii) o avanço do processo de descolonização na África, Ásia, Caribe e Pacífico (décadas de 1950 e 1970) e, mais recentemente, entre os anos de 1980 e 1990, (iii) o movimento nacional-desenvolvimentista na América Latina (Souza e Milani, 2014).

A incorporação do termo “cooperação técnica” no conceito de desenvolvimento foi feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, durante a sua Assembleia Geral. A ONU a definiu como a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas. Apresentava-se como uma relação de troca de interesses mútuos entre as partes, conhecida como cooperação Norte-Sul (CNS). Tal cooperação foi fomentada também pelo desenvolvimento de dois blocos: de um lado, os EUA, orientados por uma política de ideologia capitalista e, do

outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), defensora da ideologia socialista (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

Avançando na linha do tempo, os anos de 1970 e 1980 ficaram marcados por profundas mudanças sociais no planeta. Novas correntes de pensamentos e filosofias, em simultâneo com uma crise econômica, ambiental e social, fortaleceram as noções de Norte e Sul e Centro-Periferia no mundo. A construção de discursos de sustentabilidade, juventude, feminismo e minorias impulsionou a insatisfação global com temas de cunho social, como o processo de descolonização da África. Tais inquietações e mudança de paradigmas afetou também a cooperação internacional, suas motivações, interesses e propósitos. Porém, apesar da nova conscientização, ainda estava presente uma linha de pensamento que enxergava o Sul como um hemisfério sombrio, arcaico e selvagem e o Norte como evoluído, majestoso e rico:

O sucesso do Plano Marshall na recuperação da Europa Ocidental foi espetacular. Descobrimos que a reparação da destruição em sociedades tecnologicamente avançadas é uma tarefa muito mais simples que a criação de uma nova atmosfera para o progresso social, onde antes não havia nenhuma. Nós aprendemos que o desenvolvimento requer muito mais que a nobreza da motivação e a generosidade do espírito, e que em cenários de pobreza, ignorância, doenças, desnutrição e desânimo, o progresso não surge facilmente. Não é um resultado automático decorrente da ordem natural dos acontecimentos. (Hannah, 1970, p. 303, tradução nossa)

A cooperação internacional no começo dos anos 80 distinguiu-se pelos pacotes econômicos e o uso de condicionalidades para alcançar o desenvolvimento nos países considerados até então como de “Terceiro Mundo”. Foram adotadas recomendações de cunho liberal que deveriam ser aplicadas nestes países: diminuição de seus endividamentos e fim de suas crises sociais. Questões como austeridade fiscal, teoria do Estado mínimo, redução do setor público, abandono dos modelos nacional-desenvolvimentistas e adesão às políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, eram temas recorrentes.

Chegando à década de 1990 e aos dias atuais, o cenário político internacional ficou marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo avanço dos processos de globalização e integração. Uma transformação no cenário político internacional nessa época foi a brusca mudança dos países do Leste europeu e da antiga URSS, que passaram de doadores de cooperação internacional para receptores. O início de uma nova era e em seguida de um novo século vislumbrava um cenário no sistema internacional de paz e fortalecimento de agenda de desenvolvimento por meio da cooperação internacional. A agenda de cooperação se ampliou em investimentos, número de projetos e doadores, orçamento e

programas, aumentando seu raio de atuação e alcance. A discussão passou de ajuda humanitária e transferência de recursos para uma agenda de desenvolvimento, com políticas sociais, econômicas e ambientais estruturadas, bem desenhadas e planejadas, aumentando e complexificando suas redes de associação, quantidade de doadores e de parcerias. Os atores também se multiplicaram, em um cenário anterior marcado por uma cooperação pragmática e bilateral (entre Estados), se transformou em uma espécie de “teia de aranha”, num cenário multifacetado que passou a envolver não somente os Estados, mas também Organizações Internacionais, as Organizações Não Governamentais (ONG) e o setor privado, virando suas atenções aos mais pobres e aos mais necessitados. Foi superada a ideia de que o desenvolvimento de um país estaria somente ligado às questões econômicas (Souza e Milani, 2014).

Outro aspecto que marcou o cenário pós-Guerra Fria foi o número de operações de paz da ONU. De acordo com Antonini e Hirst (2009), houve um aumento destas operações: entre 1945 e 1988 foram apenas treze e quando comparado ao período de 1988 e 2006, este número aumentou para quarenta e seis. Este crescimento foi impulsionado pelas guerras civis no continente africano, que fomentaram medidas para prevenção e gestão de conflitos e de combate a doenças. Tais casos de violência étnica e religiosa colocaram em xeque a segurança internacional. Neste sentido, surgiram novos esforços para a prevenção de conflitos, tais como: ajuda humanitária, diplomacia preventiva, projetos de reconstrução no pós-guerra, manutenção da paz e gestão de fluxos de refugiados (Afonso e Fernandes, 2005).

Durante os anos 90 três temas destacaram-se na cooperação internacional. Em primeiro lugar, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que transformou o conceito de desenvolvimento no planeta. Impulsionado por três economistas (Mahbub ul Haq, Amartya Sen e Richard Streeten), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o Índice, que passou a englobar além do aspecto econômico, perspectivas de saúde e educação para projetar o nível de desenvolvimento de um país, superando a ideia de um desenvolvimento calculado estritamente por questões econômicas³. O novo conceito de desenvolvimento humano marcou profundamente as

³ PNUD BRASIL. *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Consultado em 09/10/2019.

agendas de cooperação no sistema internacional e buscou novas alternativas para o alcance do tão esperado desenvolvimento para o hemisfério Sul (Souza e Milani, 2014).

Em segundo lugar, pode-se considerar como tema relevante na cooperação internacional o surgimento (ou pelo menos o reconhecimento) de problemas no sistema internacional. Até então, não existia um consenso sobre os problemas que afetavam os países e, que desta maneira, deveriam ser tratados, pensados e debatidos em conjunto. Temas como meio ambiente, terrorismo, desenvolvimento sustentável, pobreza e racismo, foram fenômenos reconhecidos principalmente entre os anos de 1990 e 2000 e que seriam impossíveis de serem solucionados pensando em iniciativas de caráter bilateral. Diante deste cenário, diversas Conferências das Nações Unidas ganharam visibilidade: A Rio-92 (1992), maior conferência para discussão de problemas ambientais do mundo⁴; a Conferência de Jomtien (1990) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁵; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena (1993)⁶; a Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Pequim (1995)⁷; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, Copenhague (1995)⁸; a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatada, Durban (2001)⁹; entre outras. Como pode-se perceber, os objetos de debate global mudaram. Tais iniciativas permitiram uma melhor discussão de novas realidades, novos temas, especialmente na discussão Norte-Sul, Ocidente-Oriente, criando redes transnacionais entre diversos atores, contando também com movimentos sociais e ONGs, que passaram a contribuir e trabalhar na cooperação internacional.

⁴ NAÇÕES UNIDAS. *A ONU e o meio ambiente*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Consultado em 10/10/2019.

⁵ UNICEF BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)*. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Consultado em 10/10/2019.

⁶ ONU MULHERES. *Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

⁷ ONU MULHERES. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

⁸ UNFPA. *A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social*. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/5.E_2009_26%20%26%20E_CN.5_2009_9.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

⁹ UNFPA. *A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatada*. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

O terceiro e último aspecto que merece destaque na cooperação internacional durante os anos de 1990-2000 foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em setembro de 2000, líderes do mundo inteiro, inspirados pelas diversas conferências e variados temas das Conferências da ONU durante a década de 1990, se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Nesta Declaração, as Nações se comprometeram a criar uma nova agenda de parceria global, distribuída por oito objetivos e com um prazo para o seu alcance para até 2015 – eles ficaram conhecidos como os ODM. Eram estes: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) oferecer educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a SIDA, a malária e outras doenças; 7) garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento¹⁰.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ODM BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Consultado em 22/10/2019.

Levando em consideração os fatos mencionados, pode-se observar que passou a existir na comunidade global uma grande iniciativa – apoiada de forma massiva pela maioria dos países do mundo – para a construção de um “mundo melhor”. Surgiu uma nova era, uma nova ordem onde o desenvolvimento humano, a superação da fome e da pobreza seria dever de todos, e que tais soluções deveriam ser debatidas e encontradas em conjunto.

¹⁰ NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Consultado em 10/10/2019.

Avançando um pouco mais na linha do tempo e chegando ao cenário pós-2015, superado o *deadline* dos ODM, os líderes mundiais se reuniram novamente para a discussão de uma nova agenda de desenvolvimento. Outra vez em Nova Iorque e mais uma vez em setembro, tais líderes visavam avaliar os resultados alcançados com os ODM, discutir melhorias e promover uma nova agenda global. Chegando a um novo acordo, desta vez mais ambicioso e robusto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 20-30¹¹ contam com dezessete objetivos e cento e sessenta e nove metas que devem ser alcançados até 2030. Nessa nova agenda estão previstas ações mundiais em temas como: erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, crescimento econômico inclusivo e trabalho decente.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ITAMARATY. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS). Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Consultado em 22/10/2019.

¹¹ NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Consultado em 10/10/2019.

1.1 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Brasil

De acordo com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), entende-se por CID a troca de conhecimentos, práticas e transferência de experiências, sem cunho comercial, entre países e/ou instituições internacionais, com o objetivo de desenvolvimento técnico, institucional e humano entre os mesmos (IPEA e ABC, 2016). A CID acontece por via de memorandos de entendimento, reuniões, missões, capacitação, treinamento, visitas técnicas e oficiais entre os países e instituições envolvidos.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a CID brasileira

[...] constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro. (ABC, 2013)¹²

Trata-se de um mecanismo que tem por finalidade desenvolver e promover ao máximo as potencialidades humanas e institucionais dos países. As atividades, de caráter bilateral ou através de atores internacionais, são destinadas a conquistar mudanças sólidas nas realidades econômicas e sociais dos países em que a cooperação se destina. No Brasil, a cooperação internacional desenvolvida pelo governo é feita por meio da ABC, que integra o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Criada em 25 de setembro de 1987, compete-lhe

[...] coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, os programas e ações da cooperação técnica e humanitária internacionais do Brasil, em parceria com governos estrangeiros ou com organismos internacionais, nas vertentes do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil. (ABC, 2013)¹³

O fundamento da cooperação brasileira é o compartilhamento e troca horizontal de experiências e de conhecimentos que possuam potencialidades de adaptação e ajustamento às realidades nos países de destino, com o objetivo de gerar impactos concretos para o desenvolvimento autônomo dos países receptores (IPEA e ABC, 2013). Cabe à ABC negociar, organizar, discutir, implementar e acompanhar os projetos de cooperação do país. Tais cooperações têm como objetivo principal projetar o Brasil como um país envolvido na luta pela superação das adversidades sociais de países em situação

¹² Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação Técnica – Conceito*. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/conceito>>. Consultado em 03/10/2019.

¹³ *Idem, ibidem*.

social fragilizada e idealizar o Brasil como um país solidário e prestativo nas causas humanitárias do mundo (ABC, s/d).

1.2 A Cooperação Sul-Sul

“(…) [T]emos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

(Santos, 2003, p. 56)

Nas Relações Internacionais contemporâneas foi desenvolvida, ao longo dos anos, uma nova nomenclatura para classificar os países em desenvolvimento, intitulados atualmente como os países do “Sul Global”. Este grupo é representado por uma série de Estados – majoritariamente localizados no hemisfério Sul do planeta – que possuem níveis de desenvolvimento semelhantes, valendo-se de uma análise rápida e pouco criteriosa, visto que é notório existirem diferentes níveis de desenvolvimento entre países, sejam eles desenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Um dos principais objetos de estudo das Relações Internacionais no século XXI é a ascensão socioeconômica desses países, suas interações, a influência que este grupo exerce no sistema internacional e sua modalidade de Cooperação: a CSS. Estes países são predominantemente africanos, asiáticos e latino-americanos, que, somados, chegam a ser por volta de cento e cinquenta Estados, logo, um grupo extremamente heterogêneo e de difícil definição (Souza e Pino, 2014).

Um dos maiores pensadores sobre o conceito do Sul, suas características e relações no mundo é Boaventura de Sousa Santos. Para o autor, a concepção de Sul supera as linhas fronteiriças de um Sul geográfico. Trata-se de um conjunto de países, regiões, e consequentemente seres humanos, que foram submetidos a uma dominação colonial e capitalista e que não atingiram níveis de desenvolvimento semelhante aos países do Norte (Santos e Menezes, 2009). Existe um tipo de pensamento ocidental que foi construído com a lógica das necessidades europeias coloniais e que ainda hoje é a linha de pensamento dominante no campo do conhecimento e da ciência. O autor propõe uma nova forma de expressão, um novo conceito chamado de “Epistemologia do Sul”, que ressalta a existência da mentalidade dominante, reforça o imperialismo vigente, mas que busca alternativas de pensamento:

(...) é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. Colonialismo, que imprimiu uma dinâmica histórica de dominação política e cultural submetendo à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. Afirmação, afinal, de uma única ontologia, de uma epistemologia, de uma ética, de um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal. (Tavares, 2009, p. 183)

Ainda de acordo com os autores, há convicção no tal pensamento superior, verdadeiro e absoluto, que oprime e menospreza qualquer outra forma de conhecimento não dominante. As epistemologias do Sul são conjunto de intervenções que denunciam essa opressão, valorizam os diferentes tipos de saberes que resistiram ao imperialismo e exploração de outros povos, e que fomentam um diálogo horizontal entre conhecimentos, conhecidos como ecologias de saberes (Santos, 2006). Uma epistemologia do Sul, um conhecimento do Sul, assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir ao Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (Santos, 1995).

Segundo Costa Leite (2012), a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento construída entre os países do Sul global. Similarmente, com uma descrição mais teórica, o Escritório das Nações Unidas para cooperação Sul-Sul¹⁴ (UNOSSC, sigla em inglês) define a cooperação Sul-Sul como:

[u]ma ampla estrutura de colaboração entre os países do Sul nos domínios político, econômico, social, cultural, ambiental e técnico. Envolvendo dois ou mais países em desenvolvimento, pode ocorrer em bases bilaterais, trilaterais, regionais ou inter-regionais. Os países em desenvolvimento compartilham conhecimentos, habilidades, experiências e recursos para atingir suas metas de desenvolvimento por meio de esforços conjuntos. Desenvolvimentos recentes na cooperação Sul-Sul assumiram a forma de aumento do volume de comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento estrangeiro direto, movimentos em direção à integração regional, transferências de tecnologia, compartilhamento de soluções, especialistas e outras formas de intercâmbio. (Tradução do autor)

A essência da CSS está em seu conceito. Nessa modalidade a palavra *assistência* – exaustivamente utilizada pelos países desenvolvidos – dá lugar à palavra *cooperação*, uma mudança que parece simples, mas possui relevante significado. Ao contrário da assistência, a cooperação dá um sentido de troca de conhecimentos, de ajuda mútua, concomitante e horizontal. O vínculo estabelecido entre os países cooperantes passa de uma relação *doador-receptor* para uma relação de *parceria*. A cooperação Norte-Sul é pautada por um sentimento de assistencialismo, dependência, necessidade e altruísmo, enquanto a CSS privilegia a ausência de condicionalidades e é guiada pela busca de benefícios mútuos entre os países-parceiros (Souza e Milani, 2014). Nos países em desenvolvimento, o estímulo à CSS acontece prioritariamente por conta das simetrias e

¹⁴ UNOSSC - United Nations Office for South-South Cooperation. *About South-South and Triangular Cooperation*. Disponível em <<https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>>. Consultado em 02/10/2019.

identidade compartilhada entre estes países, por meio dos seus contextos sociais e econômicos semelhantes. Na visão dos países em desenvolvimento há também um esgotamento das relações de hierarquia entre países do Norte e países do Sul, pois na CSS existe a possibilidade de benefícios mútuos entre os Estados envolvidos (Milani, Suyama e Lopes, 2010).

Paralelamente à complexa tarefa de delimitar o conceito de CSS, é necessário compreender o contexto e o desenvolvimento histórico dessa modalidade de cooperação. Uma das correntes que apontam a origem das primeiras iniciativas da cooperação entre países do Sul Global está situada na década de 1950. Nestes anos, países asiáticos como Coreia do Sul, China, Singapura e Índia estabeleceram ações de cooperação internacional de caráter pontual (Souza e Pino, 2014). Em um primeiro momento ressaltou a evolução de diálogo e relações dos países considerados do Sul global, sendo as principais pautas a descolonização dos países da África e Ásia, elaboração de agenda de desenvolvimento em comum para os países à época considerados do Terceiro Mundo e combate à pobreza, fome, racismo e desigualdades sociais. Alguns movimentos globais Sul-Sul foram determinantes para o fortalecimento da agenda dos países em desenvolvimento, como: a Conferência de Bandung, o Movimento dos Países Não-Alinhados e a Trilateral de Havana, que também serviram para um posicionamento específico destes países durante o período da Guerra Fria. Tais laços não se limitavam a questões políticas, mas também econômicas, sociais e culturais (Pereira e Medeiros, 2015).

Com o objetivo de romper com as condições de países subdesenvolvidos, pobres e periféricos e para se estabelecer no novo cenário político global, era necessário contar com a ajuda financeira dos países do Norte. Como resposta, os países do Sul precisavam se alinhar às ideologias ocidentais capitalistas, reforçando a ideia de uma suposta nova colonização. Era necessário elaborar uma ideia de cooperação para o desenvolvimento entre atores do Sul (Ullrich, Martins e Carrion, 2013; Santos Filho, 2005).

Durante o período da Guerra Fria, dos movimentos de descolonização da África, do pós-Segunda Guerra Mundial e até o ano de 1978, os países do Sul global começaram a fazer parte deste grupo específico. Criou-se um sentimento, uma consciência de “ser Sul”. Tais países possuíam níveis de desenvolvimento econômico e social semelhantes e tinham objetivos em comum: elevar seu quadro de desenvolvimento humano e garantir sua soberania territorial (Leite, 2012). Era necessário buscar outras alternativas além das relações Norte-Sul, que passaram a ser questionadas por não tratarem exclusivamente de

relações cooperativas, mas que também possuíam interesses comerciais e situações de dominação (Puente, 2010).

As críticas aos países do Norte estavam baseadas nas experiências insatisfatórias reportadas pelos países do Sul, que “(...) têm apontado que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam duas faces do mesmo processo global e histórico de desenvolvimento do capitalismo” (Milani, 2012, p. 224). Diante da constatação de críticas ao modelo de cooperação vigente, das mudanças na política global e do surgimento de novos países emergentes, desenvolveu-se uma maior atenção sobre essa nova realidade de cooperação horizontal (Milani, 2012).

Em uma ideia de parceria política, econômica e social, os países periféricos encontraram uma solução para desenvolvimento em paralelo ao modelo comum, estabelecendo vantagens mútuas entre os países periféricos e semiperiféricos (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Por outro lado, o embaixador Fernando Abreu, da ABC, afirmou em 2012 que as tentativas em definir a CSS não são exatas, visto que se trata de um tipo de cooperação diversa tanto entre os países considerados do Sul global quanto aos objetivos da cooperação.

Diante deste conceito de Norte (centro, países desenvolvidos) e Sul (periferia, países subdesenvolvidos), começou a se desenvolver o conceito de Sul-Sul (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Alguns fatos históricos fomentaram a criação da nova modalidade de cooperação. Entre eles destacam-se: 1) a realização da Conferência de Bandung, também conhecida como a Conferência Afro-Asiática, em 1955, pela primeira vez sem a presença dos EUA, URSS e Europa; 2) a Conferência de Belgrado (1961), que marcou a necessidade dos países do Sul defenderem sua autonomia; 3) a posição favorável do Movimento dos Não-Alinhados (MNA)¹⁵, criado durante a conferência do grupo; 4) a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), em 1964; 5) e em 1978, a criação do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que oficializou a criação da modalidade de CSS no âmbito das Nações Unidas (Leite, 2012).

¹⁵ Grupo de países que não tinham nenhum tipo de compromisso formal com qualquer um dos dois blocos dirigidos pelos EUA e pela URSS durante a Guerra Fria. Estavam permeados pelos ideais da busca de uma autonomia nacional de forma pacífica e não alinhada (Conferência Afro-Asiática, 1955).

A Conferência de Bandung pode ser apontada como o ponto de partida para o fortalecimento e institucionalização da CSS. O encontro ocorreu entre 18 e 24 de abril de 1955 e contou com a participação de mais de trinta líderes de Estados da Ásia e África. Tinha por objetivo fazer frente ao imperialismo dos EUA e da URSS, além de superar diferenças e fortalecer as políticas de cooperação entre países com características similares e que estavam na periferia do sistema internacional. A nova modalidade de cooperação que começava a emergir ganhou protagonismo e se lançou como forma de promover uma maior interação entre os países do Sul global e fomentar seu desenvolvimento social e econômico. Foi enfatizado, durante a conferência, que existia a necessidade de integração entre os países asiáticos e africanos, promovendo trocas comerciais e de experiências socioeconômicas entre os países e continentes (Renzio et al., 2013). Após o encontro, foram acordados dez princípios norteadores que ainda hoje podem ser considerados o guia orientador da CSS. São eles:

Tabela 1 – Os 10 princípios da Conferência de Bandung

1. Respeito pelos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU;
2. Respeito da soberania e da integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-interferência aos assuntos internos de outro país;
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, de acordo com a Carta da ONU;
6. Recusa na participação de defesa coletiva destinada a servir os interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção à ameaça e agressão contra a integridade territorial e independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU;
9. Promoção dos interesses mútuos e de cooperação;
10. Respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais.

Fonte: Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia).

Com o passar dos anos, o “espírito de Bandung” foi paulatinamente superando sua limitação centralizadora e restrita aos países asiáticos/africanos e passou a influenciar também a América Latina (Souza e Pino, 2014). Em 1964, durante a conferência do Cairo para os “Problemas do Desenvolvimento Econômico”, criou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED). Uma das consequências da criação da conferência foi que os países originalmente receptores de cooperação poderiam também passar a ser doadores. Já durante a década de 1970, o MNA, criado durante a conferência de Belgrado (1961), se colocou em posição favorável às iniciativas da

CNUCED. Os países em desenvolvimento tinham a intenção de se posicionar estrategicamente no mercado mundial, fazendo um contraponto à supremacia dos Estados Unidos e da União Soviética (Renzi et al., 2013).

O acúmulo positivo das trocas de experiência entre os países em desenvolvimento, e a possível transferência de conhecimento entre eles, fez com que as Nações Unidas apoiassem a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que serviria como complemento ao modelo tradicional Norte-Sul. No ano de 1974 foi criada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a Unidade Especial para CTPD, visando dar início ao processo de estudo para implementação da nova modalidade de cooperação (ABC, s/d).

No ano de 1978, convocou-se na Argentina, sob a égide da CNUCED, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Um dos resultados da conferência foi a elaboração do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que tinha por objetivo promover a cooperação entre os países de renda média. O plano introduziu a CSS¹⁶ no arcabouço legal das Nações Unidas. Após aprovado, os países poderiam desenvolver suas capacidades e abrir outros caminhos além das relações inerentes aos mecanismos de cooperação Norte-Sul, compreendendo a CSS como uma cooperação horizontal. O Brasil entendia que a CSS constituía um importante mecanismo de política externa e de projeção internacional para o país (Cervo, 1994).

As décadas de 1980 e 1990 apresentaram um momento desfavorável para a CSS. A economia estadunidense voltou a ter hegemonia global, especialmente com o terceiro choque petrolífero, entre 1979 e 1981. Tal crise trouxe o impacto do aumento da dívida externa a diversos países em desenvolvimento, que apesar das vontades políticas não tinham força suficiente para impulsionar a cooperação. Somado a este fato, se desenvolveu durante estes anos uma série de situações que enfraqueceram o “sentimento do Sul”: a crise da dívida mencionada anteriormente, as diferentes visões dos conceitos e níveis de desenvolvimento entre os países e os diferentes ritmos de crescimento

¹⁶ Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e Cooperação Sul-Sul (CSS), podem ser utilizadas como sinônimos: “A Cooperação Sul-Sul se refere à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc.” NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?* Disponível em <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>>. Consultado em 18/10/2019.

econômico das nações sulistas, favorecendo a diluição da homogeneidade e do espírito coletivo destes países (Souza e Pino, 2014). De acordo com Kern e Weistaubb (2011, p. 85), durante os anos 90 “a CSS não se definia mais como um elemento de mudança da ordem mundial, mas sim como um instrumento de adaptação à ordem econômica neoliberal”.

A partir da segunda metade dos anos de 1990 e durante o início do século XXI, a CSS voltou a se reerguer, especialmente devido ao nível de desenvolvimento econômico alcançado por alguns dos países. Aliado a este fato, houve uma mudança de paradigma no sistema internacional, que passou a desenvolver uma utopia de criar um “mundo melhor”, impulsionada pela ONU e pelos ODM. Tal cenário era favorável para o espírito da CSS e sua ideologia, visando horizontalizar o nível de desenvolvimento dos países, fortalecendo e promovendo as agendas destes países e dando espaço e voz para o Sul nas discussões dos grandes fóruns mundiais, como os que acontecem no âmbito das Nações Unidas (Souza e Pino, 2014).

Avançando ainda mais na linha do tempo e chegando aos dias de hoje, o mais recente fato que reforça a importância da CSS para o desenvolvimento destes países é a diminuição das desigualdades sociais no mundo e os objetivos da Agenda 2030 fixados na Conferência de Buenos Aires. O PABA+40 – Conferência que comemorou os quarenta anos do PABA – aconteceu entre 20 e 22 de março de 2019 e contou com a presença de mais de mil pessoas, entre líderes políticos, representantes de Estados, de organizações internacionais, do setor privado e da sociedade civil. O encontro serviu para avaliar a importância deste tipo de cooperação e o impacto que tem tido no desenvolvimento internacional. Jorge Chediek, enviado do Secretário Geral das Nações Unidas para a CSS, afirmou que

(...) a comunidade internacional confirmou a importância da cooperação Sul-Sul, 40 anos depois do Plano de Ação de Buenos Aires e depois de a cooperação Sul-Sul ter mostrado ser um instrumento essencial para melhorar as condições de vida da humanidade. As parcerias entre os países do Sul têm obtido resultados extraordinários nos processos de desenvolvimento de muitos países. (Chediek, 2019, s/p)

Na abertura do encontro, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que graças à cooperação Sul-Sul, “milhões de mulheres, homens e crianças saíram da pobreza extrema”. Ainda segundo o secretário-geral da ONU, nos últimos quarenta anos “os países em desenvolvimento alcançaram algumas das mais rápidas taxas de crescimento econômico já registradas”. Sobre o tema da desigualdade, afirmou que a CSS “será vital para garantir o apoio mútuo e o intercâmbio de melhores práticas, para

melhorar a adaptação e aumentar a resiliência dos países em desenvolvimento e suas comunidades”.¹⁷

Ainda de acordo com Jorge Chediek (2017), a CSS não tem por objetivo substituir a CNS, porém a modalidade ganhou notoriedade internacional e gera um aumento significativo em termos de resultados. Tal modalidade foi criada originalmente como forma de manifestação política dos países do Sul. Porém, com o passar dos anos se tornou um elemento importante na arquitetura da cooperação internacional. A evolução social e econômica conquistada em países do Sul, como por exemplo no Brasil, tem contribuído para o compartilhamento de experiências bem-sucedidas em políticas sociais, políticas econômicas e de infraestrutura no âmbito da CSS.¹⁸

O processo de surgimento e de consolidação da CSS pode ser comparado ao movimento de descolonização, como a busca de alternativas de cooperação no mundo frente à limitação dual da Guerra Fria. A busca dos países periféricos a se apoiarem e buscarem outros caminhos de desenvolvimento sem a dependência dos países ricos gerou uma autonomia inesperada. A modalidade fortaleceu as capacidades nacionais dos Estados envolvidos e criou um cenário de autossuficiência. Além da cooperação para o desenvolvimento em si, o fortalecimento das relações dos países do Sul estreitou os laços políticos dos países, o que gera partilhas científicas e tecnológicas, partilha de experiências práticas para encontrar soluções a fim de superar obstáculos que dificultam o crescimento econômico, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento (Souza e Pino, 2014).

A superação da pobreza, da fome e das gritantes desigualdades sociais existentes no planeta ainda é um desafio em 2019. A CSS se mostra como uma alternativa eficiente, democrática e horizontal para o tão almejado sonho de um mundo mais justo.

¹⁷ ONU News. *ONU destaca “grande sucesso” da Conferência sobre Cooperação Sul-Sul*. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2019/03/1665401>>. Consultado em 16/10/2019.

¹⁸ Trecho de entrevista concedida para a página ONU News Português, no dia 12 de setembro de 2017, durante a comemoração do dia das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul. Disponível em <<https://www.facebook.com/nacoesunidas/videos/10156508835407506/>>. Consultado em 04/10/2019.

1.2.1 A Cooperação Sul-Sul e o Brasil

Segundo o Manual de Gestão da cooperação Sul-Sul no Brasil e a ABC, a cooperação Sul-Sul brasileira:

[...] é entendida como o **intercâmbio horizontal** de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é **compartilhar** lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico. As bases da cooperação técnica Sul-Sul são o desenho, a implementação técnica e a gestão compartilhadas de projetos e ações, concretizadas graças ao envolvimento direto e ativo das instituições cooperantes do Brasil e do (s) país (es) parceiro (s) desde a fase de planejamento até o acompanhamento e avaliação de resultados. [...] não possui fins lucrativos e está desvinculada de interesses comerciais [...] pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. [...] para a ABC, a **troca de experiências e de conhecimentos materializa o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os povos**, beneficiando todas as partes envolvidas na cooperação (ABC, 2013, p. 13). (Grifo nosso)

Durante bastante tempo, o Brasil esteve rotulado como país receptor de ajuda internacional. Tal quadro teve uma mudança com o passar dos anos, superando a condição exclusiva de receptor e se tornando um doador de cooperação internacional, especialmente no que diz respeito à partilha de conhecimentos com outros países (Ullrich e Carrion, 2012). O Brasil reconhece na CTPD uma estratégia de parceria entre países do Sul para superarem suas vulnerabilidades sociais, como a fome e a pobreza. A CSS apresenta-se como um instrumento com capacidade para alcançar impactos positivos sobre as populações locais dos países receptores. É de esperar um resultado final que permita desenvolver o país na esfera econômica e social, promovendo o crescimento brasileiro de forma sustentável (ABC, s/d).

Renzio et al. (2013) afirmam que com a chegada dos anos 2000, líderes regionais (tais como o Brasil, a China e a Índia) assumiram protagonismo na articulação e promoção do modelo de CSS no mundo. Tal modelo foi estruturado para ser implementado não através de imposição das condicionalidades dos países do Norte aos receptores, mas de forma horizontal, orientado pelas necessidades e demandas dos países envolvidos. Portanto, a CTPD afirma-se como um mecanismo que tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento nacional e se configura como um instrumento para aproximar as relações entre países. Neste cenário, Puente (2010) argumenta que os países emergentes deram prioridade às relações Sul-Sul a partir dos anos 2000. Tinham como objetivo multiplicar as oportunidades de cooperação num contexto de globalização e suavizar os riscos encontrados nas relações Norte-Sul. Por recomendação do PNUD, se fortaleceu, entre estes países, o discurso da CSS nos foros internacionais e nas conferências realizadas sobre os temas de cooperação.

Segundo Milani et al. (2014), o Brasil participa de programas de cooperação com outros países de renda média e renda baixa desde os anos de 1960. Porém, a partir dos anos 2000 as relações entre países do Sul se tornaram mais densas em termos quantitativos e qualitativos e transformou-se o perfil de atuação do Brasil na CTPD. Com o desenvolvimento da nova modalidade de cooperação, a CTPD se tornou um instrumento de política exterior em vários países considerados anteriormente atrasados. No Brasil, foi entendido pelo governo que se tratava de um “instrumento moderno, eficaz e indispensável de política externa e meio auxiliar à promoção do desenvolvimento socioeconômico do país” (Cervo, 1994, p. 38).

1.3 A Cooperação Sul-Sul Triangular

A cooperação internacional tem desenvolvido novos mecanismos e testado novas modalidades, particularmente na modalidade Sul-Sul. Buscam-se alternativas para integrar os países envolvidos no processo, com o objetivo de suavizar as assimetrias econômicas e sociais que por vezes dificultam o desenvolvimento de projetos de cooperação, especialmente no âmbito Norte-Sul (Pino, 2013).

Segundo Márcio Corrêa, Coordenador de Cooperação Técnica Multilateral da ABC, a cooperação triangular serve como complemento da CSS e as parcerias triangulares são mecanismos para fortalecer o impacto das iniciativas para desenvolvimento (Correa, 2010). Acontece quando dois países, ou um país em desenvolvimento e uma organização internacional, implementam ações conjuntas para promover qualificação profissional, fortalecimento de instituições e troca de técnicas ou experiências em favor de uma terceira parte.

A cooperação triangular é uma modalidade da CTPD definida como uma estratégia de cooperação por meio de parceria entre três atores distintos: dois países em desenvolvimento – um que será o receptor da cooperação e outro o detentor do conhecimento e da experiência bem-sucedida na prática – e um país desenvolvido ou um organismo internacional. Os três se associam e desenvolvem um projeto de cooperação técnica para benefício do país em desenvolvimento receptor. A modalidade alavanca os resultados propostos, tanto para o país receptor quanto para os atores envolvidos no processo de cooperação. No âmbito triangular há uma metodologia de aprendizado mútuo, visto que o conhecimento é desenvolvido e transmitido nos três sentidos (Abreu, 2013).

Analisando as vantagens comparativas para cada um dos atores envolvidos, observa-se um mecanismo de adequação e complemento entre as partes. Por um lado, conta-se com a experiência, domínio das tecnologias, estrutura econômica e com os recursos financeiros do país desenvolvido ou organização internacional, tradicionais doares de cooperação no âmbito Norte-Sul. Do outro lado, se unem ao conhecimento com as práticas locais bem-sucedidas do país em desenvolvimento, orientado para que seja desenvolvida e adaptada a uma realidade similar encontrada no país receptor. A abordagem triangular é de caráter horizontal, de igual para igual, diminuindo a relação paternal entre ambos e amenizando as diferentes realidades e atenuando os distintos níveis de desenvolvimento econômico e social, tanto para o país desenvolvido como para os países emergentes. O objetivo é contribuir para que os resultados sejam potencializados, alcançando maiores impactos no país em desenvolvimento, aprimorando ao máximo a capacidade de integração e complementaridades entre os atores envolvidos (Abreu, 2013).

Nos países emergentes como o Brasil, a cooperação triangular tem-se mostrado uma alternativa de apoio à CSS, viabilizando o aumento do número de projetos e alavancando seus resultados (Pino, 2013).

1.3.1 A Cooperação Sul-Sul Triangular e o Brasil

No Brasil, a modalidade de cooperação triangular tem assumido um espaço relevante na agenda de cooperação técnica brasileira. O país tem atribuído importantes compromissos na área, entendendo que tal modelo de cooperação aumenta a escala e o impacto nos resultados no âmbito da CSS. De acordo com a ABC, esta modalidade multilateral apresenta vantagens em comparação com o âmbito bilateral. As iniciativas triangulares comportam projetos onde são disponibilizados maiores recursos financeiros, com objetivo de abranger um maior número de pessoas e agentes envolvidos, tornando o projeto mais ambicioso, complexo e gerando mais resultados concretos para o país receptor (Abreu, 2013).

O governo brasileiro encara a cooperação triangular com uma combinação entre dois elementos. De um lado, existem as vantagens para o Brasil e, do outro, as vantagens de um doador tradicional. Para o Brasil há uma vantagem em termos de cultura e diversidade étnica, possibilitando a diminuição de assimetrias. Como um país em desenvolvimento, o Brasil pode, de forma eficiente, se adaptar às realidades de outros

países em desenvolvimento. Por parte dos doadores tradicionais, podem ser disponibilizados recursos financeiros e técnicos em grande escala em favor de ações que podem produzir maiores impactos, pois “a missão da cooperação triangular é a junção de estratégias para dar um passo à frente às cooperações tradicionais no âmbito Norte-Sul e Sul-Sul” (Farani, 2009, p. 24).

A cooperação internacional brasileira pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro foi entre 1969 e 1978, caracterizado pelo sistema de coordenação técnica de cooperação brasileira e os primeiros acordos com outros países. O segundo momento foi entre 1978 e 1987, com o PABA em 1978 e o início da cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Entre 1987 e 2003 o terceiro período ficou marcado pela criação da ABC. Finalmente em 2003, com a posse de Lula, foi iniciada a quarta fase da cooperação internacional brasileira, marcada pela prioridade das relações Sul-Sul (Inoue e Vaz, 2012).

II A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA E O GOVERNO LULA

2.1 O Governo Lula

O ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou ao poder no dia 1 de janeiro de 2003, após vinte e dois anos da criação do seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), e três tentativas frustradas de se eleger (1989, 1994 e 1998). O então presidente foi eleito em segundo turno, com cerca de 53 milhões de votos, 61% dos votos válidos¹⁹. Lula nasceu em 1945, na cidade pobre de Caetés, no Estado de Pernambuco, localizado no Nordeste brasileiro. Lula foi sindicalista, metalúrgico e trabalhou em indústrias, onde começou a participar em sindicatos. O ex-presidente liderou ativamente movimentos grevistas, motivados pela repressão durante o período da ditadura militar brasileira, e pela luta por mais direitos e melhores salários para os trabalhadores no final dos anos de 1970. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, que representava a união de centenas de milhares de pessoas ligadas aos movimentos sindicais, grupos de esquerda e intelectuais²⁰.

Uma das principais pautas de Lula para tentar chegar à presidência, desde seus primeiros discursos nas três disputas eleitorais que participou antes de se eleger^{21 22 23}, foi a superação dos problemas sociais brasileiros através do combate à pobreza, visando a redução das desigualdades e o fim da fome. O então candidato enfatizava, como principal item de sua agenda, o combate em larga escala às adversidades sociais que o país enfrentava e a necessidade de promover o desenvolvimento.

Logo após ter sido eleito, o seu primeiro discurso enunciou três temas com relevância para a dissertação: (i) o combate à fome, à pobreza e a promoção ao desenvolvimento social; (ii) a exaltação ao trabalho da ONU; e (iii) o desejo de reforçar as relações entre o Brasil e a África. O discurso ocorreu dia 1 de janeiro de 2003, durante

¹⁹ FOLHA ONLINE. *Governo Lula*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml>. Consultado em 06/11/2019.

²⁰ INSTITUTO LULA. *A Origem*. Disponível em <https://www.institutolula.org/biografia/#ancora_01>. Consultado em 06/11/2019).

²¹ Lula, 1989. *Horário Eleitoral de Lula, candidato do PT à eleição presidencial*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6lpq_tOjB-g>. Consultado em 06/11/2019.

²² Lula, 1994. *DISCURSO LULA CARAVANA DA CIDADANIA 1994*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Kk5j1dWc72Y>>. Consultado em 06/11/2019.

²³ Lula, 1998. *Melhores Momentos Lula 1998*. Trecho do programa de televisão da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato a presidente da República em 1998. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VMTY9ec2xy4>>. Consultado em 06/11/2019.

o pronunciamento de posse proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em sessão solene do Congresso Nacional. Em relação às questões sociais internas, Lula afirmou que

[...] eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros [...] estão, neste momento, sem ter o que comer [...] isso não pode continuar assim. (Lula, 2003, p. 9)

O ex-presidente destacou o trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas, alinhando seus objetivos internos com a pauta da organização, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento humano:

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza e às desigualdades. (Lula, 2003, p. 16)

Nas relações com a África o então presidente enfatizou que,

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. (Lula, 2003, p. 15)

Alinhados numa perspectiva nacional, tais temas ganharam destaque também nos pronunciamentos internacionais de Lula. O ex-presidente argumentou sobre estas questões ao nível global, pois as pautas estavam estrategicamente alinhadas com o pronunciamento internacional do presidente. Os temas da fome, da pobreza, da solidariedade e da união do planeta foram destacados e marcaram o primeiro discurso de Lula no âmbito das Nações Unidas, durante a abertura da 58.^a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, em 23 de setembro de 2003. De acordo com o ex-presidente, e respaldado por dados da FAO (*Food and Agriculture Organization*), a fome atingia à época cerca de um quarto da população mundial, incluindo mais de 300.000 crianças em todo o mundo. Lula chamou a atenção para a emergência e para o imediatismo em que o problema deveria ser combatido. De acordo com o então presidente, a meta mundial de erradicação da fome não deveria constar apenas na agenda dos países subdesenvolvidos e dos países em desenvolvimento, mas seria uma questão transnacional:

Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político [...]. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta. A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural. Tenho dialogado com líderes de todos os continentes, percebo [...] forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo. (Lula, 2003, pp. 704-707)

Logo em seus primeiros discursos como presidente do Brasil, já era possível perceber a inclinação para os seguintes temas: desenvolvimento social, ONU e promoção das relações do Brasil com a África.

2.2 A Cooperação Sul-Sul: Estratégia da Política Externa de Lula

Quarenta anos após a adoção do PABA em 1978, o Brasil se configurava como um dos atores mais ativos da CSS. O discurso oficial brasileiro era que o país não é e nem tem o interesse em se tornar um grande doador de recursos financeiros, ao invés disso, pretendia a transferência de conhecimentos e soluções inovadoras para o desenvolvimento de outros países. Em busca de maiores níveis de autonomia no sistema internacional, impulsionado por um ativismo em relação ao desenvolvimento, o governo Lula deu prioridade às relações com o Sul global. O eixo Sul era prioridade de sua política externa e tinha como principal motivação a solidariedade. Questões como desenvolvimento econômico, assimetrias entre pobres e ricos, justiça social, superação da fome e pobreza, eram temas reiterados nos discursos do então presidente. No âmbito internacional, além dos temas elencados, eram sempre abordados tópicos como multilateralismo, democracia e paz mundial (Pino e Leite, 2010).

Cervo (2010) enfatizou o processo de inserção global do Brasil no século XXI. A discussão das enfermidades que o mundo enfrentava estava diretamente ligada a temas relacionados com a globalização. De acordo com Cervo, surgiu uma nova ordem mundial de caráter global. Entram na equação temas que anteriormente não possuíam a relevância necessária no cenário internacional: países desenvolvidos e países emergentes, resultados positivos e negativos das economias capitalistas ao redor do planeta, paz, guerra, meio ambiente, direitos humanos e escassez de alimentos. A ascensão social de novos atores, marcados por serem países emergentes, como o Brasil, trouxe a discussão dessa nova pauta, mudando as regras de ordem global para o século XXI no cenário internacional. A diplomacia brasileira reafirmava a existência de injustiças de ordem mundial que os Estados em desenvolvimento enfrentavam e que a solução do problema estaria relacionada com a cooperação entre Estados. A estratégia brasileira era de estabelecer acordos e alianças com o maior número possível de países, especialmente com os países do Sul, a fim de criar uma diplomacia social, além de fortalecer e unificar os interesses dos países emergentes.

O Plano Plurianual (PPA)²⁴ do Brasil 2000-2003 no campo social estava diretamente relacionado com o controle da inflação que o país tinha alcançado nos últimos

²⁴ PPA = O Plano Plurianual (PPA), no Brasil, previsto no artigo 165.º da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998, é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou

anos, garantindo a oportunidade para discussão de temas sociais como inclusão social, combate à pobreza, redução das desigualdades sociais e promoção dos direitos de minorias. Segundo dados do Banco Central, o país encerrou o ano de 2002 com 60 bilhões de dólares em exportações. Um cenário tão positivo foi determinante para um ganho de credibilidade internacional do Brasil e abriu portas para o país alavancar sua participação nas relações econômicas mundiais e na discussão das grandes enfermidades internacionais. O PPA defendia também a atuação do Brasil nas questões de ordem mundial e enfatizava a discussão sobre a desigualdade entre países e as consequências sociais daí resultantes (Lessa, Couto e Farias, 2009).

Em um debate mais avançado, o PPA 2004-2007 determinava a identificação dos principais problemas do Brasil, no que dizia respeito aos temas sociais, durante os quatro anos do plano. Destacavam-se as desigualdades sociais, distribuição de renda e pobreza extrema. Foi desenvolvida uma estratégia para combater tais adversidades: inclusão social e desconcentração de renda, com crescimento do produto e do emprego, reduzir as disparidades regionais e reduzir a vulnerabilidade externa. No que tange à política externa, era objetivo “promover os valores e interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional” (Lessa, Couto e Farias, 2009, p. 100). Expressava-se a intenção de reafirmar sua política de governo interna de cunho social com o resto do mundo, além de enfatizar a necessidade de reformar e redemocratizar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (Lessa, Couto e Farias, 2009).

Segundo Nye (2010), se a CID é um instrumento da política externa de um país, não é possível separá-la da política interna e das mudanças de poder que ocorrem no sistema internacional. A elaboração dos objetivos de política externa de um determinado país é feita com base no contexto histórico, somado à forma como que os governantes encaram o sistema internacional. Diante destas circunstâncias são traçadas as estratégias de governo na política externa (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Segundo Visentini (2005) e Hirst, Lima e Pinheiro (2010), um dos pilares da política externa brasileira era a

Municipal ao longo de um período de quatro anos. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. *O que é o PPA?* Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-acute-o-ppa>>. Consultado em 04/10/2019.

diplomacia social. Buscaram-se parcerias para alinhar as políticas sociais internas com projetos de cooperação para desenvolvimento.

Desde os anos 2000 houve mudanças significativas na ordem política internacional: aumento das relações multilaterais, a ascensão de países emergentes e o declínio dos processos de ocidentalização, afetando o modo como os governos tratam sua política externa (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Neste cenário, países em desenvolvimento, como o Brasil, têm buscado os mecanismos possíveis para estabelecer novas parcerias internacionais com o objetivo de suavizar as assimetrias econômicas e sociais em relação aos países do Norte e se estabelecerem como novos polos políticos de poder. Entre os diversos mecanismos disponíveis para alcançar tais objetivos destaca-se a CSS, uma modalidade de cooperação horizontal e feita como parceria entre os países envolvidos, servindo como um contraponto à cooperação Norte-Sul (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

O crescimento das práticas Sul-Sul, particularmente desde o início dos anos 2000, promoveu mudanças nas relações internacionais e alcançou resultados no desenvolvimento devido ao reconhecimento de afinidades nas relações entre estes países e ao aumento da sua procura por cooperação. Para se adequar ao novo sistema, e com a pretensão de alcançar protagonismo ao nível internacional, o governo Lula (2003-2008) priorizou a CSS como orientação da sua política externa em diversos setores, especialmente no combate à fome e pobreza no mundo (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

Milani (2012, p. 226) argumenta que as iniciativas Sul-Sul não devem ser “dissociadas das decisões relativas à inserção internacional desses Estados”. A partir dos governos Lula, a estratégia brasileira de política externa, especialmente através da CSS, estava diretamente ligada à consolidação do Brasil como protagonista internacional enquanto doador de cooperação ao desenvolvimento. As mudanças da política externa brasileira, entre os anos de 2003 e 2010, provocaram consequências no cenário internacional. O país transitou de uma posição de coadjuvante para protagonista nas discussões dos grandes temas globais, e a marca dessa política foi a CSS (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

De acordo com Lima e Hirst (2006, p. 22), uma prática importante da política externa do governo Lula foi “a inclusão da agenda social como principal tema de assuntos externos”. Com a chegada de Lula à presidência, a CSS se intensificou e se fortaleceu

como estratégia de Política Externa Brasileira (PEB), visando reduzir assimetrias nas relações internacionais do Brasil com os demais países do Sul. Além do seu caráter humanitário e solidário, a política externa se tornou uma ferramenta essencial para o fortalecimento do país no sistema internacional (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

Durante o seu mandato, Lula deu prioridade às políticas de CSS, reforçando a ideia de horizontalidade das relações. Houve um aumento na cooperação técnica para o desenvolvimento em número de projetos, volume e parcerias (Inoue e Vaz, 2012). Dados do Ministério das Relações Exteriores apontam para o crescimento no número de projetos Sul-Sul implementados pela ABC durante o governo Lula. No ano de 2003, a ABC deu início a trinta e quatro projetos no âmbito dessa modalidade de cooperação. Em 2009, este número aumentou para noventa e seis, com 50% dos projetos tendo países africanos como receptores (Brasil, 2010). O foco nas relações entre países do Sul representou uma mudança significativa na política externa e no posicionamento internacional do Brasil, que está associada à procura de maior legitimidade internacional e ao ativismo brasileiro em favor dos países em desenvolvimento (Inoue e Vaz, 2012).

2.3 A Cooperação Sul-Sul Lulista e o Continente Africano

Ocorreu uma considerável mudança nas relações bilaterais entre o Brasil e o continente africano durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), especialmente com regiões que não possuíam fortes laços políticos e diplomáticos com o Brasil. Na política externa, o governo se destacou pelo estreitamento das relações com o Sul global, especialmente com o continente africano, visando a possibilidade de ampliar a força e a relevância do Brasil no sistema internacional. Um fato que vale a pena ser destacado é a desagregação do Departamento da África e Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) em um único departamento dedicado exclusivamente ao continente africano (Visentini, 2005).

A nova política externa entendia que o modo estratégico de se inserir e fortalecer no sistema internacional seria através de um posicionamento horizontal, devido ao esgotamento das parcerias verticais. Era preciso diversificar as relações, considerando a nova vertente ideológica da diplomacia solidária brasileira. Os laços étnicos e culturais com a África se somaram: (i) à economia africana que apresentava um forte potencial de crescimento; (ii) ao aumento do poder da classe média; e (iii) à demanda por mão de obra, serviços e parcerias, como motivos que impulsionaram a aproximação brasileira ao

continente (Mendonça Junior e Faria, 2015). O relacionamento bilateral tinha uma natureza horizontal, de parceria, sem condicionalidades, orientado para um esforço mútuo para a superação das fragilidades sociais em ambas regiões (Saraiva, 2004). Outro aspeto que vale a pena ser destacado é a dívida ancestral entre os continentes. Houve um reconhecimento do então presidente de que havia uma dívida histórica, construída ao longo dos séculos, entre o Brasil e o continente africano, causado pela escravidão. O país perdoou dívidas a países africanos que, somadas, chegaram a quase 1 bilhão de dólares dos EUA. Cerca de 95% da dívida de Moçambique com o Brasil foi perdoada (IPEA e ABC, 2013).

No âmbito das relações com a África, a diplomacia buscava conciliar laços culturais com dívidas históricas-sociais, alinhamento político e aumento de fluxos comerciais (Mendonça Junior e Faria, 2015). Segundo Saraiva (2004), houve uma ruptura de paradigma na relação Brasil-África. Uma mudança que diz respeito não somente ao campo da política externa e da diplomacia, mas na essência de suas relações:

[...] a novidade do discurso do presidente Lula é a sua ruptura com o cinismo do discurso culturalista. [...] ao sugerir um Brasil menos exótico e artificialmente africanizado em favor de um Brasil mais verdadeiramente africano, por meio do reconhecimento da herança perversa da escravidão [...] essa linguagem é muito mais palatável para as lideranças africanas e mais próxima à realidade cotidiana dos descendentes dos africanos no Brasil. Ele propõe um encontro de iguais, relações horizontais entre parceiros, no esforço comum da superação das dificuldades sociais e econômicas dos mais enfraquecidos dos dois lados do Atlântico Sul. (Saraiva, 2004, p. 302)

Em 2007, Lula reforçou a aproximação do Brasil com o continente africano. Durante seu discurso por ocasião da audiência com embaixadores africanos, reforçou a solidariedade brasileira com a cultura africana e a ausência de interesses da diplomacia brasileira nessas relações:

Eu acho que a primeira fase difícil nós já superamos, que foi a fase do preconceito. “O que o presidente Lula vai fazer na África? Porque tantas viagens à África? O que os africanos podem comercializar? Porque o presidente Lula não vai para a Europa, não vai para o Japão, não vai para a China?” Porque durante o século passado se construiu a mentalidade de que o Brasil tinha que ter uma relação de subordinação com as economias ricas, e não uma relação política, cultural, comercial, industrial com os países pobres, para que o Brasil pudesse passar para eles aquilo que foi o aprendizado acumulado nos nossos 500 anos de história. E que outro país do mundo poderia ter essa percepção, senão o Brasil? Um país que tem, em tudo que nós olharmos, a cara da África, a alegria do nosso povo, a música brasileira, o carnaval brasileiro, a religião brasileira. Tudo que a gente olha tem um toque africano. E que país do mundo, então, poderia ter essa vocação de se aproximar da África mais do que o Brasil? Nenhum. Até porque o Brasil não tem vocação imperialista. E o Brasil não quer ter vocação hegemônica, o Brasil quer ter vocação de parceria, construir junto aquilo que precisa ser construído. (Lula, 2007, p. 5-6)²⁵

²⁵ BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da audiência com embaixadores africanos*. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da->

O destaque que a política externa brasileira conferiu aos países em desenvolvimento fez parte da mudança dos seus objetivos, visando aumentar o protagonismo brasileiro no cenário político internacional. O continente africano foi um vetor fundamental para a estruturação da nova PEB, tanto que no ano de 2003, quando tomou posse, Lula visitou a África quatro vezes e dez novas embaixadas foram inauguradas no continente (Visentini, 2010). Desde 2003, o Brasil passou a dar ênfase à CSS e à diplomacia solidária como estratégia de cooperação. Verificou-se um aumento significativo do orçamento público da CID, passando de 158 milhões de dólares em 2005 para 923 milhões de dólares em 2010, e a maior parcela de orçamento foi destinada a África, sendo que 23% da CSS teve como destino o continente (Milani, Conceição e Saba, 2016).

Durante os dois mandatos, Lula adotou uma política externa que reposicionou o Brasil no cenário internacional, sobretudo nas relações com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Após 2003, o governo procurou incorporar parcerias através da CSS com países não tradicionais, como os africanos. Essas parcerias tinham objetivos estratégicos: diminuir as diferenças entre os países em desenvolvimento e os países centrais, para fortalecer a participação dos mesmos nos debates dos fóruns internacionais; fortalecer as relações entre os países do Sul, visto que ao nível individual enfraqueceria a hipótese de promover ações que influenciassem o sistema internacional (Puente, 2010).

A intenção de aproximação do Brasil com a África ficou patente pelo número de visitas do presidente aos países africanos (Ullrich, Martins e Carrion, 2013). Segundo Milani et al. (2014), a média de viagens presidenciais ao exterior indica a relevância que um governo atribui na sua política externa. É possível compreender as áreas prioritárias e estratégicas do governo para alcançar seus objetivos ao nível internacional. Numa comparação entre os governos Lula com o antecessor Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um crescimento de aproximadamente 110% nas viagens presidenciais. Lula fez ao total duzentas e cinquenta e quatro viagens ao exterior, enquanto Fernando Henrique Cardoso fez cento e trinta e cinco (Ribas e Faria, 2011). Em relação ao continente africano, esse aumento foi de 750% (Milani et al., 2014): Lula fez trinta e duas

silva/discursos/2o-mandato/2007/25-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-audiencia-com-embaixadores-africanos/view>. Consultado em 01/11/2019.

visitas ao continente africano enquanto Fernando Henrique Cardoso fez cinco (Ribas e Faria, 2011).

Outra comparação que pode ser feita entre os dois ex-presidentes, e que reforça as intenções de fortalecimento das relações com a África durante o governo Lula, é o número de projetos de cooperação técnica estabelecidos com o continente. Durante seu governo, Fernando Henrique Cardoso assinou trinta e nove acordos de cooperação com países africanos, enquanto Lula, nos oito anos de governo, assinou duzentos e trinta e oito projetos. A quantidade de novos países também aumentou. Enquanto Fernando Henrique Cardoso assinou projetos de cooperação com quatro novos países (Namíbia, África do Sul, Zimbábue e Tunísia), Lula selou acordos com dezesseis novos países: Burkina Faso, Sudão, Guiné-Equatorial, Gâmbia, Etiópia, Benim, Zâmbia, Suazilândia, Serra Leoa, Tanzânia, Maláui, Libéria, Líbia, Burundi, Lesoto e Botsuana (Mendonça Junior e Faria, 2015). Tais números fortaleceram a intenção do novo governo em expandir as relações diplomáticas do Brasil no continente africano, não somente em números, mas também na diversificação de parceiros.

A estratégia de desenvolvimento de um diálogo e o estreitamento das relações Brasil-África iam além das relações políticas. Para o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2010), as relações com a África resgatavam a identidade nacional brasileira e serviam como agradecimento à contribuição da população africana para a identidade brasileira. Para Lula, a cooperação com o continente africano era prioridade da sua política externa, pois

[a] cooperação com a África é prioritária para o Brasil. Nossa principal meta é garantir um desenvolvimento equilibrado e integral, em benefício das populações dos países. Temos clara compreensão da importância do diálogo e do desenvolvimento de parcerias com os países africanos. Nosso relacionamento contribui para enriquecer e diversificar nossa inserção conjunta no sistema internacional. (Lula, 2008)²⁶

A política externa brasileira durante os governos Lula quis expandir os laços com África, identificada como região prioritária (Inoue e Vaz, 2012). De acordo com o Ministro Marco Farani, ex-Diretor da ABC, a CSS é inspirada na diplomacia solidária:

[a] cooperação Sul-Sul é um importante instrumento para demonstrar a potencialidade cooperativa do Brasil no âmbito internacional [...] não existe somente um intercâmbio das melhores competências e técnicas brasileiras, mas também prova uma atitude ativa do Brasil no suporte e solidariedade ao desenvolvimento

²⁶ Discurso durante o Painel de Alto Nível da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Acra, Gana, 21 de abril de 2008. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N102_1Sem_2008.pdf>. Consultado em 04/10/2019.

de outros países do Sul, colocando em prática um tradicional princípio da política externa brasileira. (Inoue e Vaz, 2012, p. 515)

Entre 2003 e 2009, a ABC coordenou a negociação, aprovação, assinatura e implementação de cerca de quatrocentos acordos de cooperação técnica Sul-Sul. Durante este período, o número de países receptores da CSS aumentou de vinte e um para cinquenta e seis. No final de 2009, o Brasil estava promovendo projetos de cooperação técnica com vinte e dois países africanos, totalizando um investimento de cerca de 45 milhões de dólares (IPEA e ABC, 2013). Na questão social africana como estratégia da CSS, destaca-se a partilha e intercâmbio dos aprendizados brasileiros através da experiência positiva em desenvolvimento humano no Brasil. A área temática que recebeu atenção especial durante os governos Lula foi o desenvolvimento social, baseado nos programas de combate à fome e à pobreza (Ullrich, Martins e Carrion, 2013).

Pode-se concluir que um dos aspectos estratégicos da política externa brasileira durante os governos Lula foi o diálogo universal, especialmente no âmbito da CSS e no relacionamento com África. Tal relação ficou marcada por uma diplomacia solidária, visando também a abertura de novos mercados e o estabelecimento de acordos comerciais. A política africana de Lula orientava as novas parcerias por meio de princípios culturais e laços históricos, sendo conduzida pelas boas práticas, pelo diálogo e pelo princípio da horizontalidade. Voltando ao espectro da cooperação, a CSS foi encarada como uma ferramenta com potencial para alcançar os objetivos da política externa brasileira.

2.3.1 O caso especial das relações Brasil-Moçambique

As relações entre Brasil e África tiveram seu início ainda no período colonial (1500-1821), sobretudo com o objetivo de tráfico de escravos e escravidão, porquanto

[v]ários acontecimentos sócio-históricos marcam as relações entre o Brasil e os países do continente africano. A escravidão é, sem dúvidas, um dos eventos mais marcantes [...]. Foi a partir da escravidão que Brasil e África começaram a construir uma história comum de avanços, recuos e ambiguidades. (Mungoi, 2006, p. 21)

Somente em 1826, após o Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, assinado por Portugal, o país ficou impedido de aceitar o controle dos territórios portugueses no continente africano. Apesar disso, houve continuidade no âmbito do comércio de escravos entre o Brasil e a África (Penna Filho, 2001). Porém, a partir de 1850, a Lei Eusébio de Queirós pôs fim ao tráfico de escravos e criou uma certa distância entre o Brasil e o continente africano (Saraiva, 1996). Além de um distanciamento

econômico, havia também um posicionamento racista por parte do Brasil, tentando evitar uma aproximação e buscando eliminar as relações Brasil-África. De acordo com Penna Filho,

[...] ao final do século XIX, com o desenvolvimento das ideias e teorias racistas originadas na Europa, o Brasil adotou propostas de “branqueamento” e depuração da sua composição racial, evidentemente amparadas e em consonância com a ciência evolutiva predominante nos círculos intelectuais europeus e que ecoavam no Brasil. A adoção deste tipo de racismo colocou em xeque qualquer vínculo que porventura o país pudesse vir a desenvolver, naquele período, com a África. (Penna Filho, 2001, p. 90)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁷, mostrou que existe extrema desigualdade salarial no país: o pagamento médio para negros é de cerca de 1.570 reais, enquanto para pardos é 1.606 reais e para os brancos é de 2.814 reais. Em relação ao ensino superior, a porcentagem de brancos com vinte e cinco anos ou mais que tem o ensino completo é de 22,9%. Este número é mais que o dobro quando comparado com o número de pretos/pardos com diploma: 9,3%. Quando se fala em analfabetismo, o número de pretos e pardos que não sabem ler nem escrever (9,9%) é o dobro em comparação aos brancos (4,2%)²⁸.

Outra pesquisa, o Atlas da Violência 2018²⁹, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), concluiu que em dez anos (2006-2016) a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. Neste mesmo período, a taxa entre os não negros caiu 6,8 pontos percentuais. Já o Atlas da Violência de 2019³⁰, mostrou que entre 2007 e 2017, a desigualdade de raça/cor nas mortes violentas aumentou no Brasil. A taxa de negros vítimas de homicídio cresceu 33,1 pontos percentuais, enquanto a de não negros apresentou um aumento de apenas 3,3 pontos percentuais. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. Por último, uma pesquisa realizada pelo Instituto

²⁷ IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2017)*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf>. Consultado em 12/11/2019.

²⁸ IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2016)*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/977bf8873975696b9d8d67e305b6beb9.pdf>. Consultado em 12/11/2019.

²⁹ IPEA. *Atlas da Violência 2018*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=43>. Consultado em 12/11/2019.

³⁰ IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Consultado em 12/11/2019.

Datafolha e publicada em 2019³¹, revelou que 73% das pessoas entrevistadas negras ou pardas afirmaram já ter sofrido preconceito por causa de sua cor ou raça. Quando os entrevistados se consideram brancos, apenas 11% afirmaram já ter sofrido este tipo de preconceito. Os números apresentados acima são assombrosos e revelam uma dura realidade no Brasil.

Não é objetivo da dissertação traçar um histórico detalhado das relações entre o Brasil e o continente africano. A primeira parte da presente subsecção pretende fazer uma breve introdução do tema, mostrando que as relações Brasil-África começaram motivadas pela escravidão e que mesmo após a abolição da escravatura, existia um forte sentimento racista em relação ao povo africano e aos negros, e que ainda está presente em 2019.

As relações diplomáticas, econômicas e comerciais entre o Brasil e o continente africano tiveram uma reaproximação a partir dos anos de 1940, quando o continente voltou a ter relevância na política externa brasileira, resultando até na intenção de se criar uma política africana para o Brasil. Com efeito,

[...] desde o final do século XIX, perdera relativa importância na lógica do modelo agroexportador, retornaria lentamente como um item na complexa agenda brasileira do pós-segunda guerra. [...] o estudo da documentação desse período efetivamente mostra a existência de um grupo difuso de diplomatas e de intelectuais que defendiam, já naquela época, o nascimento de uma política africana para o Brasil. Ou seja, a diplomacia começava a transparecer um interesse pela África que havia sido deixado de lado. Esse foi um lastro fundamental para os desdobramentos da “política externa independente” e sua inclinação africanista. (Ferreira, 2013, p. 60)

No pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas colonialistas começaram a mostrar esgotamento, especialmente na Ásia com a independência da Índia e a proclamação do Estado de Israel. Por outro lado, Portugal não aceitava tal situação e reunia esforços para manter o *status quo*. Esperava-se do Brasil, a principal ex-colônia portuguesa, um posicionamento político em relação ao que estava acontecendo. O país optou por apoiar os portugueses, criando um desgaste e uma situação diplomática ruim com o continente africano, cujos países lutavam contra o colonialismo e pela autodeterminação. Por outro lado, no âmbito da ONU, o Brasil votou a favor da “Declaração sobre a Concessão da Independência aos povos e países das colônias”. Essa política contraditória só chegou ao fim com a Revolução dos Cravos, em 1974 (Cau, 2011).

³¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Preconceito PO813983 - 18 e 19/12/2018*. Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/16/adebadbad191eec6d752f5825b00cb45prc.pdf>>. Consultado em 12/11/2019.

Somente a partir de 1975, o Brasil começou a se reaproximar do continente, dando início à instalação de representações diplomáticas nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), entre os quais, Moçambique. Tal atitude não foi bem recebida pelos PALOP, como ficou explícito num encontro da delegação diplomática brasileira com Samora Machel, presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em 1 de dezembro de 1974. O objetivo brasileiro era criar uma representação para exercer funções diplomáticas junto ao governo de transição, até a data da independência de Moçambique, prevista para 25 de junho de 1975. O relato das palavras de Machel não deixa dúvida a esse respeito:

Naquele momento, disse, estabeleciam-se as relações entre Moçambique e o Brasil. Foram elas esperadas por muito tempo, mas o Brasil, com as suas relações especiais com Portugal, alheiou-se [sic] no que diz respeito às aspirações e o futuro de Moçambique. Ali, as condições eram extremamente difíceis e, no início, a FRELIMO só podia contar com ela mesmo. No decorrer dos anos, algum auxílio foi recebido do exterior: dos países africanos vizinhos, da República Popular da China e da União Soviética. Também, por meio de alguma ajuda, os países escandinavos pagaram um preço para poder continuar em paz o seu relacionamento com as potências colonialistas. Aos poucos, alguns outros países elevaram-se à sua responsabilidade histórica e tomaram partido em favor dos países que aspiravam à independência. O dos Senhores não estava entre eles. (Pio Penna, 2008, p. 121)

Outro acontecimento que demonstra como Moçambique desvalorizou o Brasil foi o fato de o governo brasileiro não ter sido convidado para a festa de independência moçambicana. Por outro lado, representantes da esquerda brasileira foram convidados, como, por exemplo, Luís Carlos Prestes (Penna Filho e Lessa, 2007).

Em face do exposto, pode-se concluir que as relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique tiveram seu início em 1975, apesar do desastroso começo. Nos anos seguintes, a política externa brasileira teve de dar atenção especial ao país africano para que essa relação pudesse se desenvolver. Nos anos seguintes que sucederam à conquista da independência moçambicana, as relações entre os dois países foram consideradas superficiais e delicadas. Ainda havia, por parte de Moçambique, um ressentimento com o Brasil pela ambiguidade política e pela falta de apoio às causas emancipatórias africanas. Somente em 1981 foi assinado o Acordo de Cooperação entre Brasil e Moçambique. Na oportunidade, datada em 15 de setembro daquele ano, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, fez a primeira visita oficial moçambicana da história ao Brasil. Além dos motivos citados anteriormente para o difícil entendimento entre as partes, destacaram-se também: (i) a adoção de um modelo socialista de desenvolvimento em Moçambique; (ii) as dificuldades econômicas comuns a todos os países africanos após a independência; e (iii) a oposição do Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) (Cau, 2011).

Com a chegada de Lula ao poder, as expectativas de reforçar as relações diplomáticas e os acordos de cooperação aumentaram consideravelmente. O ex-presidente visitou Moçambique em três ocasiões: novembro de 2003, outubro de 2008 e novembro de 2010. Durante essas missões, foram assinados diversos acordos de cooperação e vários projetos que vêm sendo implementados. A nova abordagem lulista para a África desfez, em certa medida, o desinteresse do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com o continente. Para o antecessor de Lula, as relações africanas não eram prioritárias. As atenções de sua política externa estavam mais voltadas para a intenção de inserir o Brasil de forma mais ativa nos mercados desenvolvidos e no fortalecimento do Mercosul. Já para Lula, era primordial fazer da África um mercado promissor (Visentini, 2005).

A agenda de política externa lulista, que tinha como um dos seus objetivos diversificar a cooperação internacional, investindo na CSS com a América Latina e sobretudo com a África, foi muito positiva para Moçambique. O país africano foi o principal receptor da cooperação internacional brasileira: em 2010, 81% do investimento brasileiro destinado à África foi com Moçambique. Dos vinte e cinco projetos em execução entre os dois países no ano de 2011, oito eram no setor agrícola, seis em saúde, cinco em educação, dois em desenvolvimento social, dois em cidades, um em indústria e comércio, um em trabalho e emprego e um em defesa (Fingermann, 2014). Neste contexto, nasceu o Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique, mais conhecido como ProSavana. O projeto é fruto de uma parceria Sul-Sul triangular entre o Brasil (representado pela ABC), o Japão (representado pela Agência de Cooperação Internacional Japonesa) e Moçambique, e que será abordado no próximo capítulo, sendo o principal objeto de análise da dissertação.

III ESTUDO DE CASO – O PROSAVANA

3.1 Antecedentes

O foco da dissertação não está nas relações entre o Brasil e o Japão. Porém, a Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA) é uma das instituições envolvidas no ProSavana. Portanto, um breve histórico sobre as relações entre os dois países, que culminou na assinatura do projeto em questão, faz todo o sentido.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão tiveram início por volta de 1895, através da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, que viabilizou a ida de setecentos e oitenta e um lavradores imigrantes japoneses ao Brasil em 1908 e deu início a um importante fluxo migratório entre os dois países. Hoje, o Brasil alberga uma das maiores populações japonesas fora do Japão³². A principal motivação brasileira estava no fato de que o país aboliu a escravidão em 1888 e precisava reforçar a mão-de-obra nas lavouras de café. O Japão passava por problemas populacionais e precisava promover a emigração. Entre 1942 e 1952, as relações diplomáticas entraram em ruptura, pois os dois países estavam em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial (Yamamura, 1996).

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países foi assinado em 1970 e ratificado em 1971 pelo Brasil. Porém, a cooperação internacional entre brasileiros e japoneses teve início na década de 1950, com o então presidente Juscelino Kubitschek. O governo japonês buscava novos parceiros internacionais e o Brasil estava comprometido a alcançar o desenvolvimento, porém necessitava de recursos estrangeiros para atingir tal objetivo (Leite e Dantas, 2013). Em 1976, a JICA começou suas atividades no Brasil, apenas dois anos após a sua fundação. Desde então, os laços de amizade entre os dois países foram sendo fortalecidos. Estima-se que o montante acumulado de recursos investidos no Brasil pelo Japão tenha ultrapassado 1 bilhão de dólares. Isto faz do Brasil um dos maiores receptores de cooperação internacional japonesa e o maior fora do continente asiático (ABC, s/d).

O ProSavana foi inspirado na experiência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecet). O programa, criado em 1978 e fruto da parceria JICA-ABC, tinha por objetivo transformar a região do Cerrado

³² NIPPO. *120 Anos de Amizade Japão-Brasil*. Disponível em <<http://www.nippo.com.br/120anos/index.php>>. Consultado em 13/11/2019.

brasileiro em terras produtivas. O bioma corresponde a uma área de 200 milhões de hectares e era considerado um dos mais estéreis do país (PRODECER, s/d). Em 2008, “a região dos Cerrados, em virtude de um conjunto de tecnologias especificamente desenvolvidas para este bioma, tornou-se responsável por 67,8 milhões de toneladas de alimentos, 48,5% da produção brasileira” (Lombardo, 2015, p. 67). Com o Prodecer, o Brasil passou a exportar cada vez mais alimentos e a ganhar notoriedade no sistema internacional, chegando a ser um dos principais produtores de uma grande variedade de produtos agrícolas. A Embrapa³³, principal parceira brasileira no programa, foi reconhecida pelo papel desempenhado. O ProSavana foi desenhado com a expectativa de replicar o sucesso do Brasil em Moçambique, visto que algumas regiões do país africano se assemelham às condições agroclimáticas do Cerrado brasileiro (Lombardo, 2015).

No ano 2000, foi assinado o Programa de Parceria entre Brasil e Japão (JBPP, na sigla em inglês). O acordo tem por objetivo aprofundar as iniciativas de Cooperação Triangular entre os dois países (JICA, 2012). Em 2007, já no governo Lula, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o presidente da JICA, Sadako Ogata, reforçaram a parceria entre os dois países e anunciaram o fortalecimento da prestação de cooperação internacional com a África. A partir desta iniciativa, em 2009, Brasil e Japão começaram a desenhar o projeto ProSavana. A JICA e a ABC assinaram no Brasil, em abril daquele mesmo ano, uma minuta que indicava o interesse em desenvolver um programa de cooperação na savana tropical africana. Neste mesmo encontro, a agência japonesa apresentou ao Brasil uma primeira versão do projeto, apontando Moçambique como o país indicado para integrar a parceria (Kuss, 2007).

Apenas um mês após a visita da JICA ao Brasil, foi a vez do Ministério da Agricultura de Moçambique visitar o país e conhecer de perto o trabalho realizado pela Embrapa no Cerrado brasileiro através do Prodecer. Em setembro de 2009, já com a proposta do projeto bem encaminhada, Brasil e Japão realizaram uma missão conjunta ao país africano. Na oportunidade foram discutidos os grupos de trabalho, o papel de cada ator envolvido no projeto, suas responsabilidades e a estrutura do programa. Como encaminhamento da missão, as partes assinaram o “Memorandum de Entendimento sobre

³³ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973, encontrando-se vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Embrapa. *Quem somos*. Disponível em <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Consultado em 21/11/2019.

a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique”, dando origem ao ProSavana (ABC, JICA e MASA, 2009; Kuss, 2017).

Apesar da política externa do Brasil durante o governo Lula ter dado prioridade às relações Sul-Sul, isso não excluiu o estabelecimento de relações bilaterais com países desenvolvidos, como é o caso do Japão (Puente, 2010). As áreas prioritárias de cooperação internacional entre o Brasil e o Japão neste período foram a agricultura, o meio ambiente, a indústria, a saúde e o desenvolvimento social (Leite e Dantas, 2013).

3.2 O Projeto ProSavana

O Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique (ProSavana) tem como principal referência a assinatura do Programa de Parceria entre Brasil e Japão (JBPP, na sigla em inglês) e é resultado do Memorando de Entendimento³⁴ entre o governo de Moçambique, a JICA e ABC, firmado em setembro de 2009. As instituições coordenadoras envolvidas no projeto são as agências de cooperação brasileira e japonesa e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA)³⁵.

Iniciado no ano de 2009 e previsto para durar vinte anos, o ProSavana está dividido em duas fases. A primeira fase foi estabelecida como a “Fase de Preparação do Programa” e foi desagregada em quatro componentes: (i) estudo preliminar, iniciado em setembro de 2009, e que tinha como objetivo analisar a situação socioeconômica do país e os aspectos naturais do setor agrícola de Moçambique; (ii) melhoria da capacidade de pesquisa em Moçambique; (iii) elaboração do Plano Diretor; e (iv) criação de novos modelos de desenvolvimento. A segunda fase é a “Fase de Execução do Programa”, tendo como base os resultados obtidos na primeira fase. O objetivo é criar modelos de agricultura vocacionados para a comercialização e promover o desenvolvimento das capacidades de produção local, impulsionando a economia da região de forma a torná-la mais competitiva no mercado internacional (JICA, ABC e MASA, 2009). A estimativa

³⁴ Em 17 de setembro de 2009, em Maputo, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Marco Farani, o Vice-Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão, Kenzo Oshima, e o Ministro da Agricultura de Moçambique, Soares Nhaca, assinaram o “Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique”, oficializando o início das atividades do ProSavana (JICA, ABC e MASA, 2009).

³⁵ Em setembro de 2009, o ministério chamava-se Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG). Atualmente, intitula-se Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA). Durante a dissertação será adotada a abreviatura atual, MASA.

de investimento do programa é de 36,2 milhões de dólares, apenas na primeira fase. Ainda não existem números para a segunda fase do projeto (Kuss, 2017).

O ProSavana está dividido em três subprojetos, a fim de criar maior eficiência durante sua implementação: (i) ProSavana-PI (Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia), que trabalha o desenvolvimento da pesquisa, investigação e transferência de tecnologia das culturas produzidas na região; (ii) ProSavana-PD (Projeto de Apoio ao Plano Diretor), que tem o objetivo de analisar as áreas com potencial para desenvolvimento, a melhor cultura para cada região e leva em consideração questões ambientais e sociais (para pequenos, médios e grandes produtores); e (iii) ProSavana-PEM (Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária), que visa promover a capacitação de agricultores e técnicos locais, além de apresentar modelos de desenvolvimento agrário. O PI e o PD estão em processo de implementação desde 2011, já o PEM teve seu início em maio de 2013 (Fingermann, 2013).

No site oficial do ProSavana, a matriz do projeto está dividida em quatro eixos: (1) visão, (2) missões, (3) objetivo e (4) princípios, que serão explorados em seguida. Todas as informações foram extraídas da página do projeto³⁶. O intuito é comparar a informação contida na fonte oficial do ProSavana com a visão de outros autores, agentes envolvidos no projeto e sociedade civil moçambicana. Deste modo, é possível que o leitor encontre, ao longo do capítulo, divergências entre as diversas fontes consultadas.

O projeto (1) visa melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através do desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo, e tem duas (2) missões:

- i) melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e da produção, bem como a diversificação da produção agrícola;
- ii) gerar emprego através de investimentos agrícolas e do estabelecimento de cadeias de valor.

O (3) objetivo do ProSavana é criar modelos de desenvolvimento agrícola, tendo em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos, buscando o desenvolvimento agrícola rural e regional orientado para o mercado e com vantagens competitivas. O (4)

³⁶ PROSAVANA. *O que é o ProSavana*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>. Consultado em 20/11/2019.

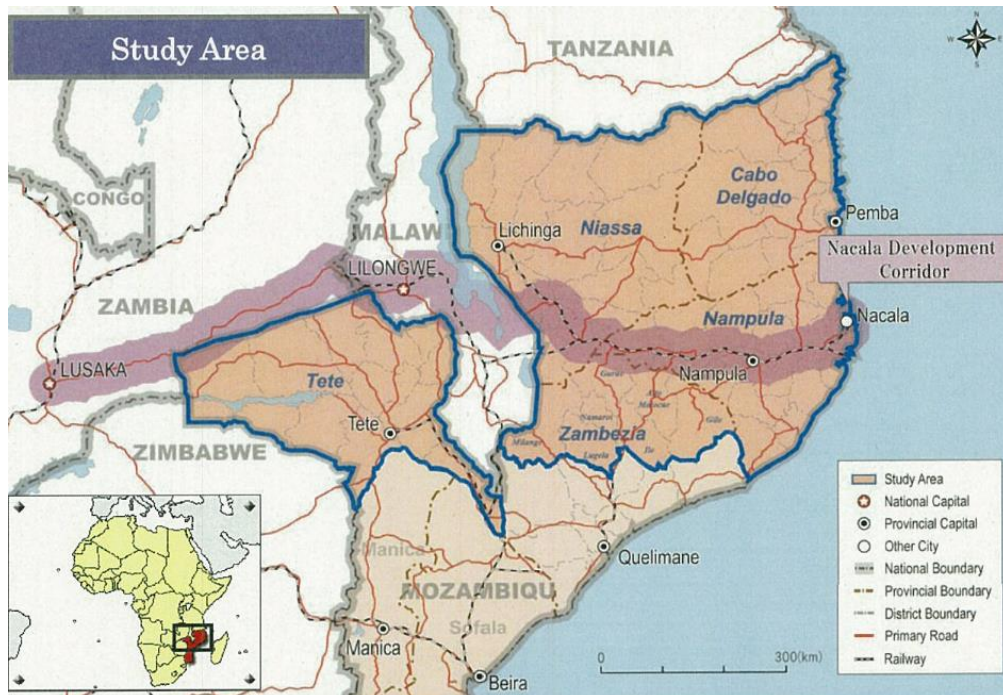
projeto está baseado em cinco princípios, onde se destacam aqui os números dois e cinco³⁷: 2) “o ProSavana apoiará os produtores moçambicanos com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza e garantir a segurança alimentar e nutricional (ProSavana, s/d, s/p)”;

5) “serão avançadas as devidas considerações para mitigação dos impactos ambientais e sociais que possam advir da implementação das atividades do ProSavana.” (ProSavana, s/d, s/p)

Apresentada a informação constante da página do ProSavana, Fingermann (2014) argumenta que o foco do projeto não está na questão social, como foi informado acima, mas sim na questão agrícola. Segundo a autora, as motivações são econômicas:

(...) estabelecer novos modelos de desenvolvimento agrícolas na região do Corredor de Nacala, localizado ao Norte de Moçambique, que engloba 19 municípios das províncias de Niassa, Zambezia e Nampula. (Fingermann, 2014, p. 126)

Figura 3 – O Corredor de Nacala



Fonte: GRAIN. *Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala*. Disponível em <<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>>. Consultado em 20/11/2019.

³⁷ Foram destacados os princípios dois e cinco por abordarem temas relevantes para a presente dissertação: questões sociais e ambientais. Os princípios um, três e quatro são: “1. O ProSAVANA deve estar alinhado com a visão e objetivos da estratégia nacional de desenvolvimento agrícola de Moçambique, o “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário – 2011-2020 (PEDSA)”;

“3. As actividades do ProSAVANA, em particular aquelas que envolvem o sector privado, devem ser concebidas e implementadas em consonância com os Princípios para o Investimento Agrícola Responsável (PRAI) e as Directrizes Voluntárias sobre Governança da Posse de Terra, Pesca e Florestas”;

“5. Serão avançadas as devidas considerações para mitigação dos impactos ambientais e sociais que possam advir da implementação das actividades do ProSAVANA”. Fonte: PROSAVANA. *O que é o ProSavana*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>. Consultado em 27/12/2019.

O Corredor de Nacala é uma das regiões de Moçambique mais ricas e prósperas em termos agrícolas, reunindo os principais ecossistemas do país. Trata-se de uma vasta extensão de terras férteis que cobrem o norte de Moçambique, onde milhões de famílias camponesas vivem e praticam a agricultura (UNAC e GRAIN, 2015), conforme indica a figura 3, supra.

Outra característica do corredor de Nacala é o acesso ao oceano Índico. Trata-se de um dos seis corredores de desenvolvimento de Moçambique que ligam o litoral ao interior do país e que facilitam o escoamento de mercadorias, servindo como importante instrumento para o desenvolvimento da região e área de interesse de diversos atores, sejam eles moçambicanos ou não (Kuss, 2017). Estima-se que 4,3 milhões de pessoas vivam nesta área, sendo que a maioria depende da agricultura para subsistência. Cerca de 70% da população de Moçambique vive em zonas rurais e 96% desses agregados são agricultores familiares (JICA, ABC e MASA, 2009).

3.3 Desafios, debates e controvérsias

O ProSavana é um megaprojeto, com um investimento de mais de 30 milhões de dólares só na primeira fase (Kuss, 2017) e tem um longo período de implementação (cerca de vinte anos). Somado a este fato, o Programa prevê enormes transformações no território moçambicano, afetando a terra, a população e a agricultura familiar local. Logo, é natural que gere intensos debates e controvérsias entre governos, sociedade civil e investigadores. É importante também, por se tratar de uma iniciativa de CSS trilateral, lembrar que projeto deve ser orientado pela partilha de experiências, pela horizontalidade e pela ausência de interesses. Vários elementos do projeto e de sua implementação vêm sendo discutidos, especialmente os potenciais impactos negativos, que são do foro social e ambiental.

Existem muitas dúvidas, questionamentos, incertezas, desconfiança e resistência em relação ao ProSavana da sociedade civil moçambicana, especialmente das famílias camponesas que vivem na região e dependem da terra. Clements (2015) resumiu os motivos da insatisfação da população local: falta de diálogo, de transparência e de acesso à informação aos produtores locais, devido ao modelo de agricultura em larga escala; desapropriação de terras; exploração de mão de obra; exclusão social; insegurança alimentar; degradação do meio ambiente, da soberania alimentar e do território moçambicano. Existem fortes críticas da população civil moçambicana organizada em

relação ao programa, especialmente vindas de movimentos sociais locais e de ONGs. Em 2012, o então presidente da UNAC (União Nacional dos Camponeses de Moçambique), Augusto Mafigo, afirmou que o projeto assumia um caráter impositivo:

Nós, camponeses e camponesas, temos medo de ser expulsos das nossas terras, deslocados e reassentados em outras regiões (...). Assumimos que devemos nos mobilizar e resistir contra essas ocupações indevidas de nossas terras e comunidades. A remoção e deslocação forçada da população implicam uma ruptura, desestruturação e violência contra o ciclo secular de vida e nossa relação com a terra e com a natureza [...] O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses. [...] Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais. (Perin, 2012, p. 4)

As críticas se baseavam na ocupação irregular de empresas brasileiras e no comportamento imperialista que o Brasil adotava, especialmente na exclusão da comunidade local e dos camponeses que há gerações ocupavam aquelas terras. Existia, por parte da população local, resistência e forte descontentamento com os modelos adotados pelo Brasil. Clements e Fernandes (2013, p. 48) afirmaram que o governo Lula “apoiou fortemente a aquisição de terras na América Latina” (tradução nossa) e que seria de interesse realizar o mesmo processo em Moçambique.

O descontentamento dos autores mencionados faz coro com grande parte dos movimentos sociais de Moçambique. Uma carta aberta de 2013, assinada por vinte e três organizações e movimentos sociais moçambicanos, quarenta e duas organizações e movimentos sociais internacionais e atestada por setenta e duas individualidades brasileiras, moçambicanas e japonesas (entre professores e investigadores), foi endereçada ao então presidente de Moçambique, Armando Guebuza, à presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e ao Primeiro Ministro Japonês, Shinzo Abe. Denominada “Carta Aberta para Deter o Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana³⁸”, o documento denunciava (p. 2 e p. 6):

[t]otal ausência de um debate público profundo, amplo, transparente e democrático impedindo-nos (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas. (...) [A] cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário. Entretanto, o Programa ProSavana não obedece a esses princípios e os seus executores não se propõem, muito menos, se mostram disponíveis a discutir, de forma aberta, as questões de fundo associadas ao desenvolvimento da agricultura no nosso País.

³⁸ Para acessar o conteúdo completo da carta, datada em 28 de maio de 2013, ver <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Consultado em 22/11/2019.

A carta repudiava com veemência: (i) a usurpação de terras das comunidades locais pelos governos do Brasil e do Japão; (ii) a falta de integração de camponeses e camponesas no processo produtivo controlado por grandes empresas transnacionais e instituições financeiras multilaterais, destruindo os sistemas de produção da agricultura familiar; e (iii) a manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSavana.

O relato dos moçambicanos também trazia os impactos negativos e irreversíveis do projeto com as famílias agricultoras: (i) o surgimento de famílias e Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e consequentes reassentamentos; (ii) agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e subsistência; (iii) destruição dos sistemas de produção das famílias camponesas e, conseqüentemente, a insegurança alimentar. No final do documento, exigia-se:

(...) uma cooperação entre os Países (que) assente nos interesses e aspirações genuínas dos povos; uma cooperação que sirva para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. Sonhamos com um Moçambique viável e melhor, onde todos os moçambicanos e moçambicanas possam sentir-se filhos desta terra, unidos e engajados na construção de um Estado cuja soberania emana e reside no Povo.

Um ano após o envio da carta, não houve nenhuma resposta ou contato por parte do Brasil, Japão e Moçambique. O ProSavana continuou a ser implementado “nos moldes corporativos e perversos em que foi concebido”³⁹, especialmente no que diz respeito à falta de transparência, omissão e manipulação aos líderes das organizações camponesas.

Inconformados com tal situação, visto que foram ignoradas as demandas e reivindicações da sociedade civil, e com o intuito de “impedir situações de neocolonialismo expressas através do avanço do ProSavana e das multinacionais sobre os territórios camponeses”⁴⁰, oito organizações da sociedade civil moçambicanas⁴¹ lançaram, no dia 2 de junho de 2014, a campanha nacional “Não ao ProSavana!”⁴². A iniciativa tem como objetivo, para além de defender os recursos naturais do país,

³⁹ “Não ao ProSavana!”. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/naoprosavana/about/?ref=page_internal>. Consultado em 27/12/2019.

⁴⁰ “Não ao ProSavana!”. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/naoprosavana/about/?ref=page_internal>. Consultado em 27/12/2019.

⁴¹ (i) União Nacional de Camponeses-UNAC; (ii) Liga Moçambicana dos Direitos Humanos-LDH; (iii) Justiça Ambiental-JA/Amigos da Terra Moçambique; (iv) Accão Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU; (v) Fórum Mulher; (vi) Actionaid Moz; (vii) Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades-AAAJC; e (viii) Livangingo.

⁴² “Não ao ProSavana!”. Disponível em <<https://www.facebook.com/naoprosavana/>>. Consultado em 13/12/2019.

endurecer a luta e a mobilização da sociedade civil, camponeses e camponesas moçambicanas, contra a agressão e usurpação de terras. Em entrevista ao portal jornalístico *Deutsche Welle*, o ativista ambiental Jeremias Vunjanhe, então membro da Associação Académica para o Desenvolvimento Rural, afirmou que “o governador disse aos camponeses que aquele que se levantasse contra o ProSavana seria levado para a cadeia”⁴³. A campanha também tem a intenção de construir uma agenda pública nacional para debater o projeto, promover a mobilização social e a resistência das comunidades camponesas atingidas, responsabilizar os agentes constituintes envolvidos no projeto e exigir do governo de Moçambique uma remodelação do ProSavana, sendo repensado com base no diálogo democrático, envolvendo toda a sociedade civil atingida e compreendendo as reais necessidades e interesses do projeto.

Além da questão social, uma das maiores críticas está na repetição dos erros causados pelo programa Prodecer e das consequências adversas para o Cerrado brasileiro, como: poluição, perda de biodiversidade, desmatamento, exploração dos trabalhadores locais e desequilíbrio ambiental. Por outro lado, Benedito Rosa (2013), então Diretor do Departamento de Assuntos Comerciais do Ministério da Agricultura do Brasil, argumentou que o Prodecer foi desenvolvido em uma época em que a preocupação com o meio ambiente era menor e que, se fosse implementado hoje, teria sido de forma diferente. O ProSavana pode aprender com os erros do Prodecer (Estarque, 2013). Fingermann (2013) atesta Rosa, ao “[a]ssumir que o ProSavana vai replicar os erros que ocorreram no Prodecer é, no mínimo, negar a capacidade de aprendizado dos países” (Fingermann, 2013, p. 21).

Existem diversos autores que criticam fortemente o ProSavana. Dentro da literatura inventariada para a dissertação, destacam-se em ordem cronológica: Funada-Classen (2013a e 2013b), Clements (2013 e 2015), Calmon (2014), Ferrando (2015), Ikegami (2015), Lombardo (2015), Schlesinger (2015), Perin (2015), Toledo (2015), Chichava e Durán (2016) e Kuss (2017). Por outro lado, outros investigadores possuem uma visão mais otimista: Nogueira e Ollinaho (2013), Fingermann (2013 e 2014) e Ekman e Macamo (2014).

⁴³ DW. *Sociedade civil lança campanha contra o ProSavana em Moçambique*. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-lan%C3%A7a-campanha-contra-o-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-17677729>>. Consultado em 13/12/2019.

Por se tratar de um projeto que tem vigência de pelo menos vinte anos, Nogueira e Ollinaho (2013) acreditam que o ProSavana é uma grande oportunidade para região do Corredor de Nacala se desenvolver economicamente, causando mudanças estruturais na vida da população local. Fingermann (2014) é da opinião que as críticas que o ProSavana vem recebendo geram um impacto positivo para a execução de um projeto mais inclusivo, com participação popular e com aumento da transparência em sua implementação. A autora defende que as críticas direcionadas ao projeto “reforçam uma visão negativa ao redor do ProSavana, que difunde, em muitos casos, informações não congruentes com a realidade do Programa” (Fingermann, 2014, p. 145). A autora informa, corroborando Nogueira e Ollinaho (2013), que o projeto não tem por interesse direto usurpar as terras dos camponeses moçambicanos e entregá-las aos grandes empresários do ramo. De acordo com os autores, já havia, antes do início do ProSavana, empresas estrangeiras do agronegócio operando na região do Corredor de Nacala, e os conflitos por terra que existem na região não estão diretamente relacionados com o ProSavana. Para Ekman e Macamo (2014), a má impressão do projeto explica-se pela falta de comunicação, diálogo, transparência e informações conflitantes.

Por outro lado, Funada-Classen (2013) desenvolveu dois trabalhos acadêmicos sobre o ProSavana e crê em uma relação de interesses do Brasil e do Japão com o país africano. De acordo com a investigadora, o governo japonês espera que este tipo de parceria possa trazer benefícios específicos aos japoneses, especialmente na produção de alimentos. Contando com o apoio japonês para o desenvolvimento da região moçambicana e, conseqüentemente, gerando um aumento da produção local, o Japão teria prioridade para receber o escoamento dos alimentos produzidos pelo país africano.

3.3.1 Os mitos do ProSavana

Entre os trabalhos que podem ser considerados “pró-ProSavana”, destaca-se o artigo “Os mitos por trás do ProSavana”, da brasileira Natalia Fingermann. Em abril de 2013, instigada pelas fortes críticas que o projeto vinha recebendo e com o intuito de descrever o que se passa em Moçambique, Fingermann viajou até o Corredor de Nacala. Em resultado da viagem, conheceu presencialmente a região e constatou que muitas das críticas feitas não podem ser corroboradas. A autora rebate alguns trabalhos acadêmicos que condenam o projeto e elenca três mitos em relação ao ProSavana:

- i) *O ProSavana é uma réplica do Prodecer*: a iniciativa entre Brasil, Japão e Moçambique foi inspirada na experiência do Prodecer, devido às similaridades, porém não pode ser considerada uma réplica do mesmo. São apresentados três argumentos para tanto: primeiramente, o contexto histórico, político e social é diferente. O Prodecer foi um projeto que iniciou na década de 1970 e foi até 1990, quando o país vivia uma transição democrática e o acesso à informação era restrito. Em segundo lugar, o ProSavana, diferentemente do Prodecer, que era uma iniciativa bilateral entre brasileiros e japoneses, é um projeto de CSS que possui princípios específicos. O terceiro argumento sublinha a existência de um Plano Diretor para melhor execução das atividades do ProSavana. Nele, é levado em consideração o impacto ambiental que pode vir a ser causado e incentiva a agricultura familiar na região.
- ii) *O ProSavana irá usurpar os pequenos produtores*: alguns trabalhos acadêmicos, como Clements e Fernandes (2013), denunciam que o ProSavana nada mais é do que uma tentativa de brasileiros e japoneses usurparem terras moçambicanas em grande escala, e que existem conflitos entre camponeses da região e empresários estrangeiros. O termo adotado para a suposta prática foi *landgrabbing*. Fingermann rebate este argumento afirmando que, por se tratar de um programa que possui três projetos interligados (PI, PD e PEM), o ProSavana submete-se a uma forte fiscalização, e cada subprojeto possui objetivos específicos e levam em consideração questões ambientais e sociais. O PD viabiliza crédito rural aos produtores locais, orienta os agricultores familiares e não estabelece a delimitação de terras para nenhuma empresa estrangeira nem garante a concessão de terras para o Brasil. Já o PI promoverá a construção de laboratórios a fim de fortalecer a capacidade técnica dos investigadores do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).
- iii) *O ProSavana gera conflitos com os pequenos produtores*: Fingermann esclarece que durante o Prodecer houve diversos conflitos sociais no Brasil, porém essa situação não se aplica a Moçambique, não sendo possível identificar a existência deste conflito em comum entre os dois países. O principal argumento da autora para sustentar tal afirmação está no fato de se tratar de dois períodos históricos diferentes, além de contar com duas realidades opostas. Por se tratar de uma iniciativa Sul-Sul, o projeto foi

desenhado de acordo com a realidade local e com as especificidades da região, não impondo modelos pré-estabelecidos. A autora reconhece a possibilidade de existência de conflitos, mas argumenta que eles não são intencionais.

Para finalizar, de acordo com Fingermann, existe sensacionalismo midiático em cima do Programa, além de uma “estratégia de demonizar o ProSavana pelo fato de ele procurar estabelecer um elo entre a agricultura comercial e a agricultura familiar” (Fingermann, 2013, p. 22). Argumenta, ainda, que a sociedade civil e a academia devem acompanhar a implementação do ProSavana, mas de forma responsável, sem tentar prever o futuro ou chegar a conclusões precipitadas apenas tendo como base a má gestão de experiências anteriores, como é o caso do Prodecer. A autora crê que o projeto pode vir a trazer desenvolvimento econômico e social para Moçambique, uma vez que “é necessário diversificar a produção interna para conseguir atender as demandas locais e garantir a segurança alimentar da população” (Fingermann, 2013, p. 22). Por fim, Fingermann acredita que o ProSavana é uma ferramenta para alcançar o tão sonhado objetivo por parte do país africano, mas que a postura pessimista em relação ao Programa “estabelece um canal de comunicação improdutivo, que não promove o desenvolvimento e somente produz manchetes para as capas de jornais” (Fingermann, 2013, p. 22).

O artigo mencionado foi publicado em maio de 2013. Logo em seguida, em 9, 19 e 22 de agosto, Sayaka Funada-Classen (2013) publicou um trabalho dividido em três artigos chamado “Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de ‘Mitos por trás do ProSavana’ de Natália Fingermann”, como uma resposta a Fingermann. A autora descontrói a argumentação de Fingermann e tece duras críticas ao ProSavana.

Em relação ao primeiro mito (de que o ProSavana é uma réplica do Prodecer), Funada-Classen relembra que a frase “uma réplica do Prodecer” foi dita pela primeira vez pelo Ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco, e que tal ideia foi promovida pelos três governos, e não pela sociedade civil nem por meios acadêmicos. A autora mantém que as críticas são similares, visto que o interesse japonês nos projetos é o mesmo: mitigar a crise alimentar mundial, que também teve reflexos no Japão. Para a crise de 1973 serviram-se do Brasil, por meio do Prodecer, e para a crise alimentar de 2008 o objetivo seria desfrutar das terras moçambicanas através do ProSavana. Funada-Classen concluiu que a transparência de governos e empresas não é um processo natural e é necessário que a população lute pelos seus direitos. Não existem dados nem argumentos concretos que sustentem a afirmação de Fingermann, de que o projeto visa

diminuir ao máximo os impactos ambientais e sociais que podem vir a ser causados no país africano.

Ao citar o segundo mito (de que o ProSavana irá usurpar terras dos pequenos agricultores), Funada-Classen evoca a prática como uma realidade no continente africano desde 2007-2008, quando houve uma subida nos preços dos alimentos. A autora afirma que “os agentes do ProSavana tencionavam abrir caminho para os investidores virem para a região” (Funada-Classen, 2013c, p. 2) e tinham algumas estratégias para tal, como: (i) alargar a área para plantio; (ii) estabelecer diretrizes pouco rígidas; e (iii) limitar as terras agrícolas dos locais. Uma prova está no relato de Luiz Nishimori, então deputado e chefe da delegação brasileira que foi até Moçambique conhecer o ProSavana em 2012. Nishimori constatou que “o projeto se destina a assegurar terras para os brasileiros fazerem agricultura de grande escala” (Funada-Classen, 2013d, p. 1).

Ao debater o terceiro e último mito (conflitos entre o agronegócio e os pequenos produtores), Funada-Classen comprova que estas disputas em Moçambique acontecem com frequência desde, pelo menos, 1992. De acordo com a autora, respaldada por relatório da FAO de 2011⁴⁴, Moçambique é um dos principais alvos da corrida mundial por terras, sendo o quinto país mais procurado no mundo para adquirir áreas de cultivo, tendo as empresas transnacionais adquirido mais de dois milhões de hectares de terras.

Para finalizar, a autora dirige fortes críticas a Fingerhann, demonstrando que a autora se socorreu de suposições pessoais para desconstruir os três mitos, que nenhum de seus argumentos é relevante e que “a dimensão das discrepâncias suscita alguma dúvida” (2013c, p. 2). Funada-Classen conclui que muitas famílias de agricultores moçambicanos não têm seus direitos protegidos e que são facilmente retiradas de suas terras quando fortes interesses econômicos estão em jogo. Neste sentido, é papel prioritário da academia e da sociedade civil questionar e relatar injustiças e inconsistências, especialmente em megaprojetos como é o caso do ProSavana. De acordo com Funada-Classen (2013a, p. 3), o ProSavana:

foi concebido como uma maneira do Japão e Brasil trabalharem juntos para alcançar uma reforma da ONU, participarem em novas estruturas políticas e econômicas globais, como BRICS e o G20, e promoverem conjuntamente a extração e produção de bens.

⁴⁴ FAO. *Land tenure and international investments in agriculture* - A report by The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition - July 2011. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-mb766e.pdf>>. Consultado em 03/12/2019.

A autora argumenta que o Japão vê no Brasil uma oportunidade de aproximar empresários japoneses às férteis terras moçambicanas, visto que não possuem conhecimento suficiente sobre os costumes locais nem afinidade com o idioma português. Os brasileiros seriam o passaporte que abriria as portas em Moçambique. A autora afirma que “existe uma grave suspeita, tanto internamente quanto fora de Moçambique, de que o propósito do programa é aquisição barata de terras” (Funada-Classen, 2013a, p. 19). Em uma série de relatos de membros de organizações da sociedade civil moçambicana (especialmente agricultores), Funada-Classen sintetizou as principais críticas dos agricultores locais:

- 1) apropriação de terras e o problema de proteção do direito à terra garantido aos agricultores;
- 2) negligência e ignorância sobre o esforço de produção dos agricultores do norte de Moçambique;
- 3) problemas ambientais causados por desmatamento, alto uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos e promoção da monocultura;
- 4) danos à segurança alimentar, devido a investimentos em agricultura de exportação, sacrificando a produção dos povos ao nível local, regional e nacional;
- 5) violação da soberania do povo de Moçambique, como corolário das anteriores.

3.3.2 A resistência popular moçambicana

Os relatos e críticas apresentados vão de encontro à declaração da União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC), em 11 de outubro de 2012. Nela, os moçambicanos condenavam a forma como foi pensado e vinha sendo implementado o ProSavana, marcado pela falta de transparência e pela exclusão da sociedade civil (especialmente dos camponeses) durante todo o processo. O projeto nada mais seria do que uma iniciativa do topo para a base, sem levar em consideração a vida das famílias agricultoras. Na carta, a UNAC condenava a ida de empresários brasileiros a Moçambique, transmitindo a ideia de que a população local era sua subordinada. Por fim, a declaração lembrava que a agricultura da região é o principal meio de sustento das famílias locais e que só através dela era possível a sobrevivência das cidades e das

peças, sendo necessário estabelecer modelos de produção que respeitassem o meio ambiente e as populações que ali vivem⁴⁵.

As críticas da sociedade civil moçambicana ao ProSavana são extensas. Ao longo dos anos de idealização e implementação do projeto, verificaram-se diversas manifestações moçambicanas contra o projeto. Foram destacados dois momentos devido ao seu impacto e consequências: (i) a carta aos presidentes (2013); e (ii) a criação da campanha “Não ao ProSavana!” (2014). Porém, a insatisfação e a revolta da população não se resumiu a estes acontecimentos, existindo outros protestos e acontecimentos relevantes, conforme compilado no quadro a seguir:

Tabela 2 - Principais manifestações moçambicanas contra o ProSavana

Data	Acontecimento	Principais aspectos
22 de outubro de 2012	Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana ⁴⁶	Condenação sobre a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSavana, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses.
28 de maio de 2013	Carta Aberta para Deter o Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana ⁴⁷	Denúncias sobre o ProSavana e solicitação urgente de mudanças aos presidentes do Brasil, do Japão e de Moçambique.
02 de junho de 2014	Criação da Campanha "Não ao Prosavana!" ⁴⁸	Criação de uma campanha com agenda pública nacional para debater o projeto, promover mobilização social e resistência por parte das comunidades camponesas atingidas.
05 de junho de 2014	Não ao ProSavana - A luta continua ⁴⁹	O ProSavana implementado de maneira desumana e sem diálogo.

⁴⁵ Para ler o pronunciamento em inteiro teor: FARMLANDGRAB. *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/21205>>. Consultado em 04/12/2019.

⁴⁶ FARMLANDGRAB. Moçambique: *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/21205-mocambique-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

⁴⁷ FARMLANDGRAB. *Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o Programa ProSavana*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

⁴⁸ DW. *Sociedade civil lança campanha contra o ProSavana em Moçambique*. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-lan%C3%A7a-campanha-contra-o-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-17677729>>. Consultado em 15 de dezembro de 2019.

⁴⁹ FARMLANDGRAB. *Não ao ProSavana - A luta continua*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/23623-nao-ao-prosavana-a-luta-continua>>. Consultado em 15/12/2019.

2015	Carta Aberta ao Presidente da República de Moçambique ⁵⁰	Solicitação de criação de um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os sectores da sociedade moçambicana, particularmente camponeses e camponesas.
Fevereiro 2015	Relatório: Os Usurpadores de Terras do Corredor de Nacala ⁵¹	Os camponeses no norte de Moçambique estão lutando para manter as suas terras, enquanto governos e empresas estrangeiras avançam agressivamente para criar projetos de agronegócio em larga escala.
11 de maio de 2015	Chamada dos povos para invalidação do Plano Diretor do ProSavana ⁵²	Exigência da suspensão e invalidação imediata da “Auscultação Pública do Plano Diretor do ProSavana”.
Setembro 2015	Projeto de Participação da Sociedade Civil ⁵³	Criado pela JICA, a iniciativa tem o objetivo de responder às críticas levantadas nas auscultações públicas, particularmente pela UNAC.
13 de janeiro de 2016	Ativistas da União Nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativa de agressão durante reunião do projeto ProSavana ⁵⁴	Tentativa de espancamento e agressão física aos ativistas Jeremias Vunjanhe e Vicente Adriano, da União Nacional de Camponeses (UNAC).
18 de fevereiro de 2016	Criação do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC) ⁵⁵	Promoção do diálogo entre a sociedade civil e o governo, de forma participativa e inclusiva, para a discussão, elaboração, implementação e monitorização de programas e projetos a serem levados a cabo no Corredor de Nacala.
19 de fevereiro de 2016	Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana ⁵⁶	Denúncia de que o mecanismo criado para diálogo tem por objetivo legitimar o ProSavana, que desde o início é caracterizado pela violação de direitos

⁵⁰ FASE. *Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana*. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Comunicado-de-Imprensa-Prosavana-marginaliza-e-exclui-a-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-do-processo-de-dialogo-corrigida.pdf>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵¹ UNAC E GRAIN. *Relatório: Os Usurpadores de Terras do Corredor de Nacala, fevereiro 2015*. Disponível em <<https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTcvMTAvMjcvMTFfNTIhMTZfMzJfZ3JhaW5fNTEzNi9vc191c3VycGFkb3Jlc19kZV90ZXJyYXNfZG9fY29yemVkb3JfZGVfbmFjYWxhXzEucGRmlld>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵² FARMLANDGRAB. *Exigimos a Suspensão e Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Diretor do ProSavana”*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/24893>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵³ AJF. *Protest Statement for Pro Savannah Project “Civil Society Involvement Project”*. Disponível em <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160318statement.html>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Ativistas da União Nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativa de agressão durante reunião do projeto ProSavana*. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/3057-ativistas-da-uniao-nacional-de-camponeses-de-mocambique-sofrem-tentativa-de-agressao-durante-reuniao-do-projeto-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁵ ADECRU. *Comunicado de Imprensa sobre do Prosavana sobre alegado mecanismo de diálogo*. Disponível em <<https://adecru.wordpress.com/2016/02/23/comunicado-de-imprensa-do-prosavana-sobre-o-alegado-mecanismo-de-dialogo/>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁶ PROSAVANA. *Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana*. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Comunicado-de->

		humanos e incumprimento de preceitos legais.
12 de março de 2016	Denúncia da parceria entre a WWF e o ProSavana ⁵⁷	Denúncia de uma participação da WWF no ProSavana, uso da posição da ONG para induzir e envolver representantes de organizações da sociedade civil a estabelecer parcerias com o ProSavana e o setor empresarial.
Maio 2016	Quarenta e seis documentos relacionados ao ProSAVANA foram vazados ⁵⁸	n/a
27 de agosto de 2016	Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA ⁵⁹	Análise dos documentos vazados em maio de 2016.
17 de fevereiro de 2017	Carta Aberta ao Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional- JICA ⁶⁰	Protesto contra a atuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSavana.
25 de outubro de 2017	Campanha Não ao ProSavana: Declaração dos povos ⁶¹	Refletir de forma profunda e democrática o modelo de desenvolvimento de Moçambique.
06 de junho de 2018	Campanha que reitera sua posição contra o ProSavana em Moçambique ⁶²	Manutenção do posicionamento da campanha "Não ao ProSavana!" sobre o projeto e a forma como nos vem sendo imposto.

Fonte: Elaboração própria.

Entre todas as manifestações e acontecimentos identificados *supra*, é necessário destacar a análise dos documentos vazados em maio de 2016. Foi apresentado um relatório, intitulado “*ProSAVANA’s Communication Strategy and its Impact: An Analysis*”

Imprensa-Prosavana-marginaliza-e-exclui-a-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-do-processo-de-dialogo-corrigida.pdf>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁷ RACISMO AMBIENTAL. *Denúncia da parceria entre a WWF e o ProSavana*. Disponível em <<https://racismoambiental.net.br/2016/03/12/maputo-mocambique-denuncia-da-parceria-entre-a-wwf-e-o-prosavana/>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁸ FARMLANDGRAB. *ProSavana files*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/26158>>. Consultado em 15/12/2019.

⁵⁹ NÃO AO PROSAVANA. *Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados*. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/TICAD-ProSAVANA-Comunicado-Conjunto-pt5Sept2016.pdf>>. Consultado em 15/12/2019.

⁶⁰ CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA. *Carta Aberta ao Exmo. Senhor Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA*. Disponível em <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>>. Consultado em 15/12/2019.

⁶¹ FARMLANDGRAB. *Campanha Não ao ProSavana: Declaração dos povos*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/27604>>. Consultado em 15/12/2019.

⁶² NÃO AO PROSAVANA!. *Campanha reitera sua posição contra o ProSavana em Moçambique*. Disponível em <<https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTg0MDYvMTMvMTJfNDFFMTZfNDIyX0NvbXVuaWNhZG9fZGFfY2FtcGFuaGEuX05BT19hb19Qcm9TQVZBTkFfRklOQUwucGRmI1d>>. Consultado em 15/12/2019.

of *JICA's Disclosed and Leaked Documents*”⁶³, pela organização *No to Land Grab, Japan*⁶⁴. No relatório foram analisados os documentos vazados e suas inconsistências. Os principais aspectos a reter são os seguintes:

- i) em dezembro de 2012, após o primeiro pronunciamento da UNAC contra o ProSavana, os três países resolveram acordar uma “Estratégia de Comunicação”. Financiada pela JICA, foram tomadas diversas medidas contra os movimentos anti-ProSavana e a sociedade civil;
- ii) foi criada uma rede de colaboradores pró-ProSavana, espalhados pelos dezenove distritos incluídos no projeto, com o intuito de diminuir e enfraquecer o poder das organizações dos camponeses e camponesas;
- iii) as autoridades governamentais promoveram uma série de medidas, junto da mídia local, com o propósito de enfraquecer a luta popular e diminuir a credibilidade das organizações da sociedade civil de Moçambique;
- iv) o projeto de participação da sociedade civil criado pela JICA no final de 2015 serviu para promover a formação de alianças pró-ProSavana e excluir membros que integravam a UNAC e campanha “Não ao ProSavana!”.

O relatório da análise dos documentos vazados concluiu que os três governos procuravam, a todo o custo, legitimar o ProSavana. Aqueles atores não manifestaram interesse em responder e apoiar as preocupações e as exigências da sociedade civil organizada, pelo contrário, buscaram meios de enfraquecer, dividir e isolar as iniciativas que iam contra o projeto. No final do documento, assinado por doze organizações moçambicanas, vinte organizações brasileiras, treze organizações japonesas e vinte e quatro de outros países, solicitava-se:

- 1) a paralisação imediata do programa ProSavana e de todas as atividades relacionadas;

⁶³ NO! TO LANDGRAB, JAPAN. *ProSAVANA's Communication Strategy and its Impact: An Analysis of JICA's Disclosed and Leaked Documents*. Disponível em <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_\(30Aug2016\).pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_(30Aug2016).pdf)>. Consultado em 15/12/2019.

⁶⁴ Trata-se de uma organização formada em 2010 por especialistas e cidadãos interessados e envolvidos em questões globais sobre alimentação e agricultura. Fonte: *ProSAVANA's Communication Strategy and its Impact: An Analysis of JICA's Disclosed and Leaked Documents*. Disponível em <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_\(30Aug2016\).pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_(30Aug2016).pdf)>. Consultado em 15/12/2019.

- 2) a divulgação de todos os documentos sobre o ProSavana que ainda não tinham sido divulgados, como forma de os governos cumprirem as suas responsabilidades e “prestarem contas” aos cidadãos dos três países;
- 3) que fosse dada uma resposta quanto às reivindicações contidas no relatório.

Apesar da intensa luta e organização da sociedade civil moçambicana contra o ProSavana, poucos resultados concretos foram alcançados até então. O movimento “Não ao ProSavana!” elencou duas conquistas: (a) adiamento do início do componente II do Plano Diretor⁶⁵ do projeto; e (b) realização de consultas públicas às comunidades abrangidas pelo ProSavana⁶⁶.

3.4 Considerações finais

O ProSavana é um projeto controverso e polêmico, que se tornou objeto de debate entre sociedade civil, governos e academia. Ao longo do terceiro capítulo foi possível chegar a algumas conclusões óbvias e claras e outras que demandam mais análise e aprofundamento teórico.

É sabido que as iniciativas de CSS são desenvolvidas entre governos e instituições cooperantes, neste caso os governos brasileiro (ABC e Embrapa), japonês (JICA) e moçambicano (MASA). Tal fato não exclui a importância de envolver o projeto com a sociedade civil, com as pessoas que serão por ele beneficiadas (ou em alguns casos afetadas). É necessário um debate amplo, horizontal e democrático. Apesar da literatura que defende o projeto, a análise dos documentos vazados comprova que a sociedade civil foi estrategicamente ignorada. Este cenário se comprova pelas inúmeras reivindicações sociais, organizações populares e manifestações da sociedade civil moçambicana contra o projeto que foram omitidas pelas instituições envolvidas na aplicação do ProSavana.

Como resposta dos três governos existiu silêncio, ignorância, manipulações ocultas e uma necessidade cega em legitimar o projeto, apesar dos muitos protestos existentes. Um fato que comprova essa afirmação pode ser encontrado no pronunciamento de Salvador Talapa, então administrador de Monapo (uma das províncias de Nampula). Em 2015, Talapa afirmou que:

⁶⁵ PROSAVANA. *ProSAVANA – PD*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pd/?lang=pt-pt>>. Consultado em 15/12/2019.

⁶⁶ RACISMO AMBIENTAL. *Denúncia da parceria entre a WWF e o Prosavana*. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2016/03/12/maputo-mocambique-denuncia-da-parceria-entre-a-wwf-e-o-prosavana/>. Consultado em 15/12/2019.

[o] Prosavana é um programa do governo e deve avançar, não podemos ouvir a voz do anti-desenvolvimento. O Prosavana deve ser discutido pelas pessoas de Monapo e não pelas pessoas da sociedade civil que usam os camponeses para ganhar dinheiro. Por isso, devemos aceitar este programa aqui em Monapo. (Talapa, 2015, p. 1)⁶⁷

Como foi exposto ao longo da dissertação, a política externa brasileira durante o governo Lula, especialmente expressa nas iniciativas Sul-Sul, tinha como princípio a horizontalidade, a ausência de interesses, a diplomacia solidária e o desenvolvimento equilibrado entre povos, em uma relação de parceria e amizade com o continente africano. Porém, ficou comprovado que a iniciativa do ProSavana manifestou o total contrário da teoria, do discurso oficial do governo. Não parece uma estratégia razoável ignorar, manipular e ocultar informações frente aos protestos da sociedade civil. Há provas que os três governos possuem interesses pré-determinados no projeto ProSavana e o alcance destes objetivos não incluiu a participação popular, não visou atender às necessidades da população. O projeto não dá indícios de ter como finalidade melhorar a vida dos quatro milhões de pessoas que vivem na sua zona de aplicação e que utilizam a agricultura como meio de subsistência, como está expresso na visão do ProSavana em seu site oficial: “[m]elhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo.”⁶⁸

É importante ressaltar o apelo da sociedade civil moçambicana ao governo brasileiro, naquele que foi o primeiro ato organizado da população de Moçambique contra o ProSavana. Na carta de 2013 endereçada aos presidentes dos três países, a súplica africana fez duras críticas à diplomacia solidária da cooperação internacional brasileira:

Senhora Presidente Dilma Rousseff [...] como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transações comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana e não só? (Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa Prosavana, 2013, p. 3)

A falta de um posicionamento oficial do Brasil após as graves denúncias do ProSavana em alguma medida mancha a imagem brasileira construída ao longo dos anos e contradiz o discurso oficial do governo.

⁶⁷ ADECRU. *Exigimos a Suspensão e Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Director do ProSavana”*. Disponível em <<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/exigimos-a-suspensao-e-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/>>. Consultado em 15/12/2019.

⁶⁸ PROSAVANA. *O que é o ProSAVANA*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>. Consultado em 16/12/2019.

Entre 2003 e 2009, o Brasil coordenou, por meio da ABC, cerca de quatrocentos acordos de CSS (IPEA e ABC, 2013). O Brasil alcançou expressivas conquistas e teve casos de sucesso. Porém, não é objetivo da dissertação enumerar as conquistas do governo brasileiro neste âmbito. Muito pelo contrário, o caso do ProSavana foi estrategicamente selecionado como objeto de análise da dissertação com o intuito de identificar irregularidades e inconsistências na CSS brasileira durante o governo Lula. Isso não anula o que foi conquistado, mas serve como ponto de reflexão para a CSS brasileira, que em alguns casos se transformou em mecanismos perversos, sub-imperialistas e neocolonialistas, como é o caso do ProSavana.

Fingermann (2014) argumenta, por outro lado, que muitos dos problemas do ProSavana prendem-se com a baixa institucionalização dos projetos de cooperação internacional brasileiros, a falta de coordenação entre Brasil e Japão, que estão longe de um nível desejável, e a falta de preparação da ABC e do MRE para coordenar um programa dessa magnitude. Pelo lado brasileiro, a cooperação não possui os instrumentos necessários para realizar seu trabalho de maneira eficiente, deteriorado pela falta de recursos humanos e financeiros. A autora afirma que existe um esforço negativo midiático para enfraquecer o projeto:

[a] ausência da presidência de Dilma na política externa, somada aos cortes realizados no orçamento da ABC, enfraqueceram a atuação brasileira no ProSavana, o que facilitou a difusão de informações incongruentes nas possíveis redes de apoio e tornou o programa uma “má publicidade” no momento de atração de investimentos. (Fingermann, 2014, p. 145)

O ProSavana é um megaprojeto que se iniciou em 2009 e tem previsão de ser executado em vinte anos, estando em fase de implementação. Ainda há tempo de se repensar o que tem sido feito, sendo necessário entender que o projeto despertou um problema social complexo em Moçambique. É preciso dialogar com a sociedade civil, com as organizações populares e debater o projeto de uma maneira democrática, horizontal, com uma atitude proativa e altruísta. Escutar as demandas dos camponeses e das camponesas, envolvendo-os no projeto. A omissão e a ignorância não irão resolver os problemas e as angústias da população, o que está em jogo é a vida de pessoas. Atendendo ao seu histórico diplomático horizontal, o Brasil possui as ferramentas necessárias para abrir um canal de comunicação participativo. É necessário aceitar que erros foram cometidos desde o início, estando em tempo de resolver a situação. A população moçambicana demonstra estar disposta a conversar e a encontrar meios de implementação e desenvolvimento que sejam positivos para o Brasil, para o Japão, para

Moçambique e, especialmente, para as famílias camponesas que vivem na região do corredor de Nampula e estão sendo afetadas pelo ProSavana.

IV CONCLUSÃO

Desde que me dedico, por volta de 2016, ao trabalho e ao estudo da CSS brasileira, me causa algum incômodo e inquietação o posicionamento oficial do governo no que tange à ausência de interesses, à horizontalidade e à diplomacia solidária. Tal abordagem ganhou relevante espaço no sistema internacional com a chegada do governo Lula e marcou a política externa e a diplomacia do então presidente. Durante a dissertação, foi meu objetivo trazer o que se dizia sobre a “nova” CSS brasileira: o próprio presidente, o então Ministro das Relações Exteriores, os diretores da ABC e outras autoridades competentes no assunto dentro do governo.

As nossas ações acontecem motivadas por interesses e propósitos específicos, sempre objetivando alcançar determinada meta, seja ela profissional, acadêmica ou social. No contexto de um governo específico, acreditava não ser diferente. A “ausência de interesses” sempre me pareceu um discurso vazio. Ainda na ótica pessoal, enquanto investigador, talvez esta tenha sido a principal motivação para desenvolver a dissertação neste tema. Desejava confrontar o suposto sentimento altruísta e benevolente do governo brasileiro lulista com a realidade. Buscar hiatos e inconsistências entre o que é dito e o que acontece na prática dos projetos de CSS do Brasil. Para tanto, era necessário pesquisar um caso considerado minimamente controverso e que gerasse discussões polêmicas entre os diversos atores envolvidos, além obviamente, da discussão que existe entre os acadêmicos especialistas no assunto.

Após a pesquisa bibliográfica e reflexão em relação ao Programa ProSavana, a hipótese se confirmou. A principal conclusão é que se trata de um projeto pensado, planejado, desenhado e executado desde o início e imerso em interesses pré-determinados, específicos e egoístas, ignorando o espírito da CSS brasileira – horizontalidade, diplomacia social e ausência de interesses – e sem atender às demandas e necessidades da população local, que se tornaram vítimas de um programa ganancioso. Um aspecto importante, que corrobora a falta de boas práticas presente no ProSavana, é a discrepância entre a literatura disponível a favor e contra o projeto. É importante sublinhar que a dissertação não visa mensurar o nível de desenvolvimento que possivelmente vem sendo alcançado com o projeto, nem seus resultados obtidos, mas sim avaliar se os princípios da CSS brasileira durante o governo Lula foram contemplados no desenho do ProSavana e sua implementação, sobretudo se foi concebido de maneira horizontal.

Toledo (2015) vai um pouco além das críticas ao projeto e afirma que na implementação do ProSavana o Brasil inaugurou uma nova modalidade de cooperação internacional, chamada cooperação (Norte)-Sul-Sul, que seria uma cooperação Norte-Sul disfarçada de Sul-Sul. Nesta modalidade, os países do Norte (neste caso Japão), apoiados por algum país do Sul (neste caso Brasil), tiram partido do conhecimento, da tecnologia, da cultura em comum e da facilidade com o idioma para tirar proveitos indiretos do outro país do Sul em cooperação (neste caso Moçambique). Associa-se o Brasil a um país que não está empenhado a promover o desenvolvimento, mas sim alcançar outros objetivos com alguma ressonância imperialista. O ProSavana tem demonstrado características de uma nova espécie de colonialismo e que isso vai na direção oposta do que deve ser a cooperação Sul-Sul brasileira:

[a] lógica capitalista de lucro a qualquer preço, aliada a ausência de participação democrática, isto é, da participação não apenas de Moçambique [...], mas especialmente da população moçambicana diretamente afetada, é a razão da ocorrência de grandes danos sociais e ambientais. (Toledo, 2015, p. 203)

O fomento de parcerias Sul-Sul pode ser interpretado como uma busca de apoio para que o Brasil eventualmente ocupe um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Um fato que reforça tal hipótese é a reconstrução do Haiti como destino de grande parte dos esforços da cooperação brasileira. O apoio viria não somente do Sul, mas também dos países desenvolvidos, reconhecendo o empenho do Brasil para o desenvolvimento dos países mais pobres, para a manutenção da paz mundial e para a criação de resiliência em países afetados por desastres naturais que desencadearam crises humanitárias, como é o caso do Haiti (Pino e Leite, 2010). Ao se concretizar como um importante ator internacional para a promoção da cooperação para o desenvolvimento, o país abriu caminho para participar nos grandes fóruns globais.

Corroborando os argumentos apresentados acima, o discurso oficial também aponta que a transformação do Brasil em um relevante *global player* no sistema internacional fortaleceria a voz e o poder de decisão dos países do Sul nas grandes conferências mundiais. O Brasil procurava reforçar uma imagem de prestígio internacional ao oferecer cooperação para o desenvolvimento aos países mais necessitados. O êxito das práticas e dos projetos de CSS brasileira podem servir como demonstração de que um país democrático e em desenvolvimento pode ajudar a promover melhorias nas condições de vida das pessoas mais pobres. Em outras palavras, a CSS brasileira pode ser vista como um exemplo, como uma inspiração a outros países em desenvolvimento. Portanto, apesar da CSS brasileira durante o governo Lula tivesse como

base a solidariedade e a ausência de interesses, também pode ser interpretada como um instrumento da política externa para alcançar pelo menos três objetivos: a preservação dos interesses do país, o fortalecimento na competição por novos mercados e a busca por prestígio internacional (Pino e Leite, 2010).

Ao adotar a estratégia de aproximação aos países do Sul, o Brasil se desvinculava gradualmente da influência das grandes potências globais, criando uma autonomia, não só brasileira, mas dos países em desenvolvimento (Visentini e Silva, 2010). Alguns autores como Visentini e Pereira (s/d) e Schläger (2007) interpretam a cooperação Brasil-África como uma resposta à competição brasileira com a China e a Índia por novos mercados e acesso aos recursos naturais do continente. Alguns autores críticos, como por exemplo Barbosa (2006), veem essa aproximação como uma solidariedade mascarada por interesses pontuais: abertura de mercados, novos acordos comerciais lucrativos e internacionalização das empresas brasileiras. Um exemplo é a intenção de expansão da produção mundial de biocombustíveis. O Brasil forneceria não somente o conhecimento e a tecnologia, mas também poderia ter uma oportunidade para vender máquinas, matérias-primas e equipamentos indispensáveis à produção de biodiesel e etanol (Pino e Leite, 2010).

A CSS brasileira não teve seu início durante o governo Lula e não foi encerrada com o fim de seu governo, em 2011. Ela atingiu seu apogeu entre 2003 e 2010, quando Lula esteve à frente ao cargo máximo do poder executivo brasileiro. Existiram e ainda existem vários desdobramentos e consequências dessas iniciativas, como é o caso do projeto ProSavana. O ProSavana é fruto do governo Lula, teve seu início durante o governo Lula, é fruto de sua política externa: voltada para as relações com o Sul global e com o continente africano, onde as práticas são norteadas pela horizontalidade e a ausência de condicionalidades. Apesar de ter como base a diplomacia solidária, o ProSavana provou estar seguindo o caminho oposto do que é esperado de um projeto de cooperação Sul-Sul. Os protestos organizados por quase setenta instituições brasileiras, japonesas, moçambicanas e de pelo menos outros catorze países – que não possuem nenhum vínculo com o projeto, apenas partilham o sentimento de revolta com o que vem acontecendo no corredor de Nampula – não podem ser ignorados pelos agentes implementadores do projeto. Não é justo omitir cinicamente uma campanha que protesta: “Não ao ProSavana!”

É preciso manter uma linha de atuação coerente, reforçar os critérios e as diretrizes estabelecidas inicialmente. O ProSavana falhou nesse sentido, e ainda falha. Como investigador, entendo que o primeiro passo a ser dado a fim de reforçar a democraticidade do projeto, tornando-o inclusivo e justo, atendendo às necessidades da comunidade local, é o reconhecimento. Reconhecer que as boas práticas não estão sendo levadas em consideração desde o início do projeto. O ProSavana ainda tem, pelo menos, mais dez anos de execução, e a falta de informação e ignorância dos três governos em relação às reivindicações populares moçambicanas prova que o ProSavana não irá parar.

Pode-se concluir que nenhum dos lados dá sinais de que irá ceder: os moçambicanos não irão desistir de suas reivindicações, não irão calar suas vozes e, por outro lado, o ProSavana não demonstra que terá suas atividades suspensas. Este é o panorama atual. É necessário dialogar, após as partes reconhecerem que existe um problema. Rever o que foi feito e o que vem sendo feito, se reunir com as lideranças dos movimentos que são contra o ProSavana e buscar soluções em conjunto para que nenhuma das partes seja prejudicada. O aspecto principal é ser leal com a visão e com o princípio número dois do ProSavana, que está exposto de maneira clara e direta em seu site oficial: “melhorar as condições de vida da população no corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo” e “apoiar os produtores moçambicanos com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza e garantir a segurança alimentar e nutricional”⁶⁹.

⁶⁹ PROSAVANA. *O que é o ProSAVANA*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>. Consultado em 17/12/2019.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Fernando. *A Cooperação Sul-Sul e a Atual Dinâmica da Ajuda Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília, 2012.

ABREU, Fernando. A Evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. *Mural Internacional*. Brasília, Vol. 4, nº 2, 2013. p. 13-14.

ADECRU. *Comunicado de Imprensa do ProSavana sobre Alegado Mecanismo de Diálogo*. Disponível em <<https://adecru.wordpress.com/2016/02/23/comunicado-de-imprensa-do-prosavana-sobre-o-alegado-mecanismo-de-dialogo/>>. Consultado em 15/12/2019.

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. *ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor; Oikos, 2005.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Técnica: Conceito*. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/conceito>>. Consultado em 03/10/2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Histórico da Cooperação Técnica Brasileira*. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Consultado em 04/10/2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Introdução*. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Consultado em 03/10/2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP): A relação Brasil e Japão*. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/treinamentos/informacoes/JICA.aspx>>. Consultado em 13/11/2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC); MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. Brasília, 2013. Disponível em <www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf>. Consultado em 04/10/2019.

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO (JICA); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC); MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DE MOÇAMBIQUE (MASA). *Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique*. Maputo, Moçambique, 2009. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/17-set-2009-P1.pdf>>. Consultado em 20/11/2019.

AJF. *Protest Statement for ProSavannah Project: Civil society involvement project*. Disponível em <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160318statement.html>. Consultado em 15/12/2019.

ANTONINI, Blanca; HIRST, Mónica. *Pasado y presente de la cooperación Norte-Sul para el desarrollo*. Documentos de Trabalho da Cooperação Sul-Sul. Buenos Aires: Ministério das Relações Internacionais, Comércio Exterior e Culto, 2009.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por Ocasão da Audiência com Embaixadores Africanos*. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-audiencia-com-embaixadores-africanos/view>>. Consultado em 01/11/2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Balanço de Política Externa 2003-2010*. Brasília: Secretaria de Planejamento Diplomático, 2010. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Consultado em 03/10/2019.

CALMON, Daniela Pessoa de Goes. *As Faces Ocultas do ProSavana: Uma discussão sobre subimperialismo, dependência e desenvolvimento*. 2014. Monografia do Curso de Direito – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37584/34.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Consultado em 27/11/2019.

CARTA ABERTA PARA DETER E REFLECTIR DE FORMA URGENTE O PROGRAMA PROSAVANA. 2013. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Consultado em 22/11/2019.

CAU, Hilário. *A Construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil*. 2011. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CERVO, Amado. Socializando o Desenvolvimento: Uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Vol. 37, nº 1, 1994. p. 37-63.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: UnB, 2010. p. 492-508.

CHICHAVA, Sérgio; DURÁN, Jimena. *Civil Society Organisations' Political Control Over Brazil and Japan's Development Cooperation in Mozambique: More than a mere whim?* In: *LSE Global South Unit Working Paper Series*. nº 2, 2016. Disponível em <<http://eprints.lse.ac.uk/65605/1/LEQSPaper16.pdf>>. Consultado em 27/11/2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. *Brazilian Policies and Strategies for Rural Territorial Development in Mozambique: South-South cooperation and the case of ProSavannah and PAA*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/131925>>. Consultado em 22/11/2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. *Agrarian South – Journal of Political Economy*. Vol. 2, nº 1, 2013. p. 41-69.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Ativistas da União Nacional de Camponeses de Moçambique Sofrem Tentativa de Agressão Durante Reunião do Projeto ProSavana*. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/3057-ativistas-da-uniao-nacional-de-camponeses-de-mocambique-sofrem-tentativa-de-agressao-durante-reuniao-do-projeto-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

CORREA, Márcio. *Prática Comentada da Cooperação Internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília: Edição do Autor, 2010.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Preconceito PO813983 - 18 e 19/12/2018*. Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/16/adebadbad191eec6d752f5825b00cb45prc.pdf>>. Consultado em 12/11/2019.

DW. *Sociedade Civil Lança Campanha Contra o ProSavana em Moçambique*. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-lan%C3%A7a-campanha-contra-o-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-17677729>>. Consultado em 15/12/2019.

EKMAN, Sigrid-Marianella Stensrud; MACAMO, Carmen Stella. *Brazilian Development Cooperation in Agriculture: A scoping study on ProSavana in Mozambique, with implications for forests*. Center for International Forestry Research. nº 138, 2014. Disponível em <http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP138Ekman.pdf>. Consultado em 27/11/2019.

EMBRAPA. *Quem Somos*. Disponível em <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Consultado em 21/11/2019.

ESTARQUE, Marina. *Projeto Brasileiro que Inspirou o ProSavana Teve Impactos Ambientais Graves*. 2013. Disponível em <www.dw.de/projetobrasileiro-que-inspirou-o-prosavana>. Consultado em 22/11/2019.

FAO. *Land Tenure and International Investments in Agriculture: A report by the high level panel of experts on food security and nutrition*. 2011. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-mb766e.pdf>>. Consultado em 03/12/2019.

FARANI, Marco. *Atuação Governamental e Políticas Internacionais de Previdência Social*. 1. ed. Brasília: Ministério da Previdência Social, Secretaria de Políticas de Previdência Social, 2009. p. 19-26.

FARMLANDGRAB. *Campanha Não ao ProSavana: Declaração dos povos*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/27604>>. Consultado em 15/12/2019.

FARMLANDGRAB. *Carta Aberta Para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

FARMLANDGRAB. *Exigimos a Suspensão e Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Director do ProSavana”*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/24893>>. Consultado em 15/12/2019.

FARMLANDGRAB. *Moçambique: Pronunciamento da UNAC sobre o programa ProSavana*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/21205-mocambique-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>>. Consultado em 15/12/2019.

FARMLANDGRAB. *Não ao ProSavana: A luta continua*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/23623-nao-ao-prosavana-a-luta-continua>>. Consultado em 15/12/2019.

FARMLANDGRAB. *ProSavana Files*. Disponível em <<https://www.farmlandgrab.org/26158>>. Consultado em 15/12/2019.

FASE. *Campanha Não ao Prosavana Denuncia as Irregularidades do Processo de Diálogo sobre o ProSavana*. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Comunicado-de-Imprensa-Prosavana-marginaliza-e-exclui-a-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-do-processo-de-dialogo-corrigida.pdf>>. Consultado em 15/12/2019.

FERRANDO, Tomaso. Dr. Brasilia and Mr. Nacala: The apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus. *Revista de Economia Política*. Vol. 35, nº 2, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000200343>. Consultado em 27/11/2019.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: Distanciamentos e aproximações da independência à década de 1980. *Universitas Relações Internacionais*. Brasília, Vol. 11, nº 1, 2013. p. 57-71.

FINGERMANN, Natalia. *A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique: Um estudo de caso comparado: ProALIMENTOS e ProSavana*. 2014. Tese de Doutorado – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

FINGERMANN, Natalia. Os Mitos por trás do ProSavana: Colaboração na África. *Agroanalysis Mercado & Negócios*, 2013. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/19851/18597>>. Consultado em 22/11/2019.

FOLHA ONLINE. *Governo Lula*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fohla/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml>. Consultado em 06/11/2019.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. *Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSavana em Moçambique*: Enfoque no papel do Japão. Tóquio, 2013a. Disponível em <[https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20\(Funada\).pdf](https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf)>. Consultado em 27/11/2019.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, ProSavana e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSavana" de Natália Fingermann. *Boletim Ideias*. nº 51, 2013b. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf>. Consultado em 03/12/2019.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, ProSavana e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSavana" de Natália Fingermann. *Boletim Ideias*. nº 52, 2013c. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf>. Consultado em 27/11/2019.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, ProSavana e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSavana" de Natália Fingermann. *Boletim Ideias*. nº 53, 2013d. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf>. Consultado em 03/11/2019.

HANNAH, John A. New Directions in Foreign Aid for the 1970's. *American Journal of Agricultural Economics*. Vol. 52, nº 2, 1970. p. 302-307.

HIRST, Mónica; LIMA, Maria Regina; PINHEIRO, Leticia. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. *Nueva Sociedad* - especial em português. 2010.

IKEGAMI, Koichi. *Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSavannah Programme in 212 Northern Mozambique*. nº 30, 2015. Disponível em <http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Research_and_projects/Research_networks/LDPI/CMCP_30-_IKEGAMI.pdf>. Consultado em 27/11/2019.

INOUE, Cristina; VAZ Alcides. Brazil as 'Southern Donor': Beyond hierarchy and national interests in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*. Cambridge, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2016)*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/977bf8873975696b9d8d67e305b6beb9.pdf>. Consultado em 12/11/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2017)*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf>. Consultado em 12/11/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2018*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Consultado em 12/11/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2019*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Consultado em 12/11/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)*: 2010. Brasília: IPEA-ABC. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)*: 2011 a 2013. Brasília: IPEA-ABC. 2016.

INSTITUTO LULA. *A Origem*. Disponível em <https://www.institutolula.org/biografia/#ancora_01>. Consultado em 06/11/2019.

ITAMARATY. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Consultado em 22/10/2019.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY RESEARCH INSTITUTE (JICA-RI). *Scaling Up South-South and Triangular Cooperation*. Hiroshi Kato, 2012.

JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos De. A Cooperação Técnica do Brasil com a África: Comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e Lula da Silva (2003–2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 1, nº 1, 2015. p. 5-22. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201500101>>. Consultado em 30/10/2019.

KERN, Alejandra; WEISTAUBB, Lara. El Debate sobre la Cooperación Sur-Sur y su Lugar en la Política Exterior Argentina. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*. Madrid, nº 27, 2011. p. 83-95.

KUSS, Laís. *A Inclusão do ProSavana na Agenda da Cooperação Triangular Brasil-Japão-Moçambique*: Contexto externo, relações bilaterais e contexto doméstico brasileiro. Florianópolis, 2017.

LEITE, Alexandre; DANTAS, Aline. Cooperação Técnica Brasil: Japão e os delineamentos em torno da política externa brasileira do Governo Lula. *Mural Internacional*. Vol. 1, nº 1, 2013. p. 13-18. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/download/6752/4813>>. Consultado em 12/11/2019.

LEITE, Iara. *Cooperação Sul-Sul: Conceito, história e marcos interpretativos*. In: *Observador on-line*. Vol. 7, nº 03, 2012. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Consultado em 03/10/2019.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. Política Externa Planejada: Os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n1/v52n1a05.pdf>>. Consultado em 04/10/2019.

LIMA, Maria; HIRST, Mónica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, choice and responsibilities. *International Affairs*. Vol. 82, nº 1, 2006. p. 21-41.

LOMBARDO, Adriana. *A Embrapa e a Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento na África Subsaariana: O caso do Projeto ProSavana*. Brasília, 2015.

LULA, Luiz; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel. *A Política Externa Brasileira: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG)*. 1. ed. Brasília: Coleção Países e Regiões, 2003. p. 25-46.

LULA, Luiz. *Discurso de abertura da 58ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU*. In: *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. 2007. p. 704.

LULA, Luiz. *Discurso Caravana da Cidadania*. 1994. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Kk5j1dWc72Y>>. Consultado em 06/11/2019.

LULA, Luiz; *Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. 2003. Disponível em <http://www.funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf>. Consultado em 06/11/2019.

LULA, Luiz. *Horário Eleitoral de Lula, Candidato do PT à Eleição Presidencial*. 1989. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6lpq_tOjB-g>. Consultado em 06/11/2019.

LULA, Luiz. *Melhores Momentos Lula 1998*. Trecho do programa de televisão da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato a presidente da República em 1998. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VMTY9ec2xy4>>. Consultado em 06/11/2019.

MILANI, Carlos. Aprendendo com a História: Críticas à Experiência da Cooperação Norte-Sul e Atuais Desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*. Salvador, Vol. 25, nº 65, 2012. p. 211-224.

MILANI, Carlos; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: Que lições e desafios para o Brasil? *Friedrich Ebert Stiftung*. São Paulo, 2013. p. 3-38. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf>>. Consultado em 03/10/2019.

MUNGOI, Dulce Maria. *O Mito Atlântico*. 2006, 207f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MILANI, Carlos et al. *Atlas da Política Externa Brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: ED. UERJ, 2014. p. 44-117.

MILANI, Carlos; CONCEIÇÃO, Francisco; SABA, Timóteo. Cooperação Sul-Sul em Educação e Relações Brasil-Palop. *Caderno CRH*. Salvador, Vol. 29, nº 76, 2016. p. 13-32. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n76/0103-4979-ccrh-29-76-0013.pdf>>. Consultado em 01/11/ 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. *O que é o PPA?* Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa>>. Consultado em 04/10/2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *A ONU e o Meio Ambiente*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Consultado em 10/10/2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Consultado em 10/10/2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?* Disponível em <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>>. Consultado em 18/10/2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Consultado em 10/10/2019.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi. *From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program*. Geneva: Institute of Socioeconomics University of Geneva, 2013. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/2732nogueira_ollinaho_wor kingpaper_nacala_corridor.pdf>. Consultado em 27/11/2019.

ODM BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Consultado em 22/10/2019.

ONU MULHERES. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

ONU MULHERES. *Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

ONU NEWS. *ONU Destaca “Grande Sucesso” da Conferência sobre Cooperação Sul-Sul*. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2019/03/1665401>>. Consultado em 16/10/2019.

PERIN, Vanessa. *O ProSavana: Transferência de tecnologia agrícola para “repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás”*. Maceió, 2015. Disponível em <http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt31_q.php#gt>. Consultado em 21/11/2019.

PINO, Bruno; LEITE, Iara. La Cooperación Sur-Sur de Brasil: ¿Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional? *Mural Internacional*. Vol. 20, nº 1, 2010. p. 20-32.

PRODECER. *Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados*. Disponível em <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/c8h0vm000001w9k8-att/prodecer.pdf>>. Consultado em 21/11/2019.

UNFPA. *A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatada*. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

UNFPA. *A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social*. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/5.E_2009_26%20%26%20E_CN.5_2009_9.pdf>. Consultado em 10/10/2019.

UNICEF BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)*. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Consultado em 10/10/2019.

NÃO AO PROSAVANA! *Carta Aberta ao Exmo. Senhor Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)*. Disponível em <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>>. Consultado em 15/12/2019.

NÃO AO PROSAVANA! *Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSavana com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados*. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/TICAD-ProSAVANA-Comunicado-Conjunto-pt5Sept2016.pdf>>. Consultado em 15/12/2019.

NÃO AO PROSAVANA! *Campanha Reitera sua Posição contra o ProSavana em Moçambique*. Disponível em <<https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTgvMDYvMTMvMTJfNDFfMTZfNDIyX0NvbXVuaWNhZG9fZGFfY2FtcGFuaGEuX05BT19hb19Qcm9TQVZBTkFfRklOQUwucGRmIl1d>>. Consultado em 15/12/2019.

NIPPO. *120 Anos de Amizade Japão-Brasil*. Disponível em <<http://www.nippo.com.br/120anos/index.php>>. Consultado em 13/11/2019.

NO! TO LANDGRAB. *ProSavana's Communication Strategy and its Impact: An Analysis of JICA's disclosed and leaked documents*. Disponível em <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_\(30Aug2016\).pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Analysis_Paper_No.2_(30Aug2016).pdf)>. Consultado em 15/12/2019.

NYE, Joseph. *The Future of Power. Public affairs*. Washington, 2010.

PENNA FILHO, Pio. *Do Pragmatismo Consciente à Parceria Estratégica: As relações Brasil-África do Sul (1918-2000)*. 2001, 441f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

PENNA FILHO, Pio. *O Brasil e a África do Sul: O arco do Atlântico da política externa brasileira (1918-2000)*. 1. ed. Porto Alegre, 2008.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos. O Itamaraty e a África: As origens da política africana do Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 39, 2007. p. 57-81.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: Da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). *Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre, Vol. 4, nº 7, 2015. p. 119-138. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/59186/35252#page=119>>. Consultado em 03/10/2019.

PINO, Bruno. *A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, Vol. 1845, 2013. p. 5-7.

PNUD BRASIL. *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Consultado em 9/10/2019.

PROSAVANA. *O Que é o ProSavana*. Disponível em <<https://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>. Consultado em 20/11/2019.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa: A evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

RACISMO AMBIENTAL. *Denúncia da Parceria entre a WWF e o ProSavana*. Disponível em <<https://racismoambiental.net.br/2016/03/12/maputo-mocambique-denuncia-da-parceria-entre-a-wwf-e-o-prosavana/>>. Consultado em 15/12/2019.

RENZIO, Paolo De. et al. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como responder aos desafios correntes*. Policy Brief - BRICS Policy Center - Centro de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 2013. p. 1-9.

RIBAS, Letícia; FARIA Carlos. *A Política Externa Vista da Janela do Avião: A diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula*. In: *III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa Santiago Dantas*. São Paulo, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Common Sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; *Epistemologias do Sul: Introdução*. 1. ed. Lisboa: Almedina, 2009. p. 5-19.

SANTOS FILHO, Onofre. *O Fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e mudança social*. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (org.). *Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas, 2005. p. 13-75.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África e Brasil: O Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula*. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Fórum Brasil-África: Política, cooperação e comércio – IBRI*. 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: A dimensão da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

SCHLÄGER, Catrina. *New Powers for Global Change? Challenges for international development cooperation: The Case of Brasil*. In: *Dialogue on Globalization FES BERLIN*. Berlim, Vol. 3, nº 1, 2007. p. 2-12. Disponível em <<https://library.fes.de/pdf-files/iez/global/04719.pdf>>. Consultado em 01/11/ 2019.

SCHLESINGER, Sérgio. *Cooperação e Investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique*. 1. ed. 2013. Disponível em <http://fase.org.br/wpcontent/uploads/2013/05/Caderno_ProSavana_FASE.pdf>. Consultado em 27/11/2019.

SOUZA, André Mello; MILANI, Carlos; PINO, Bruno; *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Evolução histórica da cooperação Norte-Sul*. Brasília: IPEA, 2014. p. 33-56.

TAVARES, Manuel. Resenha de Epistemologias do Sul. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, nº 13, 2009. p. 183.

TOLEDO, Andre de Paiva. *ProSavana: Instrumento De Cooperação Internacional (Norte)-Sul-Sul*. In: *III Encontro de Internacionalização do Conpedi*. Madri, Vol. 16, 2016. p. 181-201. Disponível em <http://portaltutor.com/index.php/conpedireview_old/article/view/224>. Consultado em 27/11/2019.

ULLRICH, Danielle Regina; MARTINS, Bibiana Volkmer; CARRION, Rosinha. *A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: Análise dos governos Lula e Dilma*. In: *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD)*. Vol. 37, 2013.

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha. *A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: O Desafio do compartilhamento de saberes. Desenvolvimento em Questão*. Vol. 1, nº 20, 2012. p. 4-27.

UNAC E GRAIN. *Relatório: Os usurpadores de terras do corredor de Nacala*. 2015. Disponível em <<https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTcvMTA0Mjc0MTFfNTI0fMTZfMzJfZ3JhaW5fNTEzNI9vc19lc3VycGFkb3Jlc19kZV90ZXJyYXNfZG9fY29ycmVkb3JfZGVfbmFjYWxhXzEucGRmIl1d>>. Consultado em 15/12/2019.

UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION (UNOSSC). *About South-South and Triangular Cooperation*. Disponível em <<https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>>. Consultado em 02/10/2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Dimensão Política: O IBAS multilateral, trilateral e geopolítico*. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; CEPIK, Marco Aurélio; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. *G3 – Fórum de Diálogo IBAS: Uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo. *De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)*. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 5, nº 2, 2005.

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. *A Política Africana do Governo Lula*. s/d. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Consultado em 01/11/2019.

VISENTINI, Paulo; SILVA, André. *Brazil and the Economic, Political and Environmental Multilateralism: The Lula years*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Edição Especial, 2010. p. 54-72. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-73292010000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Consultado em 05/11/ 2019.

YAMAMURA, Roberto. *O Estabelecimento das Relações Brasil-Japão no Século XIX*. Brasília, Vol. 4, nº 1, 1996. p. 125-148.